

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Iara Rodrigues dos Santos

**Luta social por reconhecimento: a ficção como espaço de transição no conto
“*O amor em Lobito Bay*”.**

Juiz de Fora

2017

Iara Rodrigues dos Santos

**Luta social por reconhecimento: a ficção como espaço de transição
no conto “*O amor em Lobito Bay*”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Literatura, identidade e outras manifestações culturais.

Orientador: Dr. Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira.

Juiz de Fora

2017

Iara Rodrigues dos Santos

**Luta social por reconhecimento: a ficção como espaço de transição
no conto “*O amor em Lobito Bay*”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Literatura, identidade e outras manifestações culturais.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Eliana da Conceição Tolentino
Universidade Federal de São João del-Rei

Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Marcos Vinícius Chein Feres
Universidade Federal de Juiz de Fora

Eu agradeço por todos os obstáculos que Deus colocou em meu caminho. Nos momentos de dificuldades posso não compreender, mas quando subo a montanha, reconheço lá no alto da paisagem a lição que Ele me deu. Deus não falha.

AGRADECIMENTOS

O último ano não foi nada fácil. A última página menos ainda. A elaboração de uma dissertação de mestrado na Faculdade de Letras e o fechamento de um ciclo na Faculdade de Direito, após a minha segunda graduação, trouxe a inevitável fase de transição para uma vida adulta. Foram tantas crises e tantos desafios. Para onde eu vou? O que eu vou fazer? Onde vou trabalhar? O que devo estudar? Qual a minha verdadeira vocação?

Junto a tantas interrogações, veio a mudança de cidade, a saída da zona de conforto e momentos de transformações importantes, nos quais escolhas delicadas foram realizadas com o discernimento de que eu dispunha naquele momento.

Eu acreditei, todos os dias, que não daria conta. Mas, de alguma forma, olhando para trás, vejo que muitas foram as mãos que me ajudaram a concluir esse trabalho. Cada erro e cada acerto contribuíram para a minha formação. Certamente, o caminho que me trouxe até aqui foi facilitado pelo amor, pelo direito e pela generosidade de muitas pessoas.

Portanto, por mais que uma pesquisa pareça um trabalho isolado, concluir esta etapa foi enfrentar a minha mais particular e assustadora luta por reconhecimento.

Sendo assim, rendo aqui a minha mais sincera homenagem àqueles que contribuíram para a materialização da minha estima social. Há muito mais do que somente palavras soltas nas páginas que seguem, há muita renúncia, muita dor, uma forte extrapolação de limites de louvor a Deus.

Pode parecer pouco, mas tenho uma eterna gratidão à cidade de Juiz de Fora que me ofereceu um lar. Agradeço à Paróquia de Nossa Senhora da Glória, por todos os dias cuidar de mim e me conduzir pelos melhores caminhos.

Aos meus pais agradeço, olhando nos olhos, tudo que sempre fizeram por mim. Não há dinheiro que pague o EXEMPLO e nem presentes que comprem um BERÇO. Obrigada pelo que fazem por mim todos os dias!

À minha irmã e sócia e amiga e parceira e comadre e madrinha e confidente e afilhada e cúmplice e revisora, por esgotar todos os (bons) adjetivos do dicionário.

Aos meus afilhados, Bernardo e Isadora, por plantarem tantos sorrisos nessa estrada, sorrir é encontrar coragem para continuar de pé.

À Dayane Guimarães, de quem eu mais cobre paciência e atenção, mas que sei que estas foram coisas que jamais me faltaram, e por dividir comigo o mesmo sonho.

Ao meu querido orientador Marcos Vinícius, que não desistiu de mim e me ofereceu toda a ajuda para que este trabalho fosse concluído.

Ao professor Marcos Vinício Chein Feres, por me apresentar um novo mundo de possibilidades através da disciplina Instituições de Direito.

Às professoras Eliana Tolentino e Enilce Albergaria por aceitarem fazer parte da banca examinadora e darem um colorido a mais para este trabalho.

À amiga Ana Cláudia Guimarães, pela revisão deste trabalho e por todas as ideias e sugestões dadas desde o começo.

À Jaiana Carmezim, minha melhor amiga e companheira de todas as horas.

À Terezinha por tudo que fez em minha breve passagem por Juiz de Fora.

À minha prima Bianca, aquela que ouve, que opina, que discorda, que ri, que chora, que briga, mas que NUNCA me deixa na mão.

Por todos os demais que não desanimaram na torcida.

Como desde sempre, como desde o princípio do mundo,
desejávamos apenas ser únicos, e desejávamos pertencer.

“O amor em Lobito Bay”.

RESUMO

Ao longo de sua antologia de contos, Lídia Jorge deixa entrever ao leitor as possibilidades e implicações de uma luta social por reconhecimento. Através de “*O amor em Lobito Bay*” (2016), analisar-se-ão as perspectivas que fundamentam a interseção entre literatura, amor e direito, no âmbito da estima social de seus personagens, sob o ponto de vista dos processos de construção da ficção, da identidade, suas formas de desrespeito e, finalmente, da luta por reconhecimento que produz impactos na autorrealização do sujeito e delinea a identidade de uma comunidade.

Para que os processos de identificação mútua não sejam varridos e vinculados ao esquecimento, a dinâmica experienciada na luta pela independência colonial em “Lobito Bay” é propagada pela repressão e degradação de várias formas de aceitação denunciadas na narrativa de Lídia Jorge.

Portanto, é objeto deste trabalho demonstrar como o a ficção, através do amor, do direito e da solidariedade – propostos por Axel Honneth – serve para (re)construir identidades e que, quando os processos de institucionalização falham, não é apenas a dinâmica de interpretação do indivíduo em relação ao outro que se encontra comprometida, mas os próprios alicerces democráticos.

Palavras-chave: Lídia Jorge; “O amor em Lobito Bay”; Identidade; Reconhecimento; Honneth.

ABSTRACT

All over her anthology of short stories, Lídia Jorge allows the reader to see the possibilities and implications of a social struggle for recognition. “Throughout Love in Lobito Bay” (2016), we will analyze the perspectives that underlie the intersection between literature, love and law, within the framework of the social esteem of its characters. It will be considered the point of view of the processes of construction of fiction, their forms of disrespect, and finally, the struggle for recognition that produces impacts on the self-realization of the subject and delineates the identity of a community.

In order not to sweep away and neglect the processes of mutual identification, the dynamics experienced in the struggle for colonial independence in “Lobito Bay” is propagated by the repression and degradation of various forms of acceptance denounced in Lídia Jorge's narrative.

Therefore, the aim of this dissertation is to demonstrate how the fiction, through love, law and solidarity - proposed by Axel Honneth - serves to (re) construct identities and that when the processes of institutionalization fail, it is not only the dynamics of interpretation of the individual in relation to the other that is compromised, but the very foundations of democracy.

Keywords: Lídia Jorge; Love in Lobito Bay; Identity; Recognition; Honneth.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A LUTA POR RECONHECIMENTO EM AXEL HONNETH.....	18
2	A FICÇÃO COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA LUTA SOCIAL POR RECONHECIMENTO.....	26
3	“O AMOR EM LOBITO BAY”: A FICÇÃO COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA TEORIA HONNETHIANA.....	39
	1.1 AMOR.....	48
	1.2 DIREITO.....	53
	1.3 SOLIDARIEDADE.....	57
4	A LUTA POR RECONHECIMENTO EM SUA AMPLITUDE.....	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

INTRODUÇÃO

Em 18 de junho de 1946, em Boliqueime, região do Algarve, nasce a escritora portuguesa Lídia Jorge. Prosseguiu na carreira acadêmica após cursar Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e teve a oportunidade de viver em Angola e Moçambique no período crucial das guerras coloniais. Sua iniciação na atividade literária ocorre com o lançamento do livro *O Dia dos Prodígios* (1980), seu primeiro romance, no qual passa a ser consagrada pela crítica como uma das grandes autoras da literatura portuguesa contemporânea. Além do sucesso que obteve em nível nacional, recebeu diversas premiações, como o prêmio Jean Monet de Literatura Europeia (2000). Sua obra já foi traduzida em mais de vinte línguas. Tal fato, além de atestar o impacto e a representatividade das suas criações, acena, na mesma medida, para a sua importância no cenário português atual.

A literatura de Lídia Jorge vem se desenvolvendo como uma escrita problematizadora, que toma os processos resultantes ou relacionados com os conflitos político-sociais do seu país, sejam aqueles decorrentes do longo período em que Portugal viveu sob o regime salazarista ou mesmo os vividos no árduo contexto da descolonização dos antigos territórios anexados na África. No entanto, sua literatura evita a aridez do programa de enfrentamento consagrado pela corrente neorrealista, preferindo, como regra, lançar um olhar tão delicado quanto oblíquo e subjetivo à constituição das identidades forjadas neste cenário como, por exemplo, é o caso do conto “*O Amor em Lobito Bay*”¹ – objeto da presente dissertação.

Nesse conto, deparamo-nos com alguns habitantes angolanos testemunhando suas origens no contexto da guerra de independência contra Portugal. Ao inquietar para a importância dos conflitos para a preservação e a organização da identidade, o despertar para as causas de eclosão de uma guerra civil revela a trajetória social por reconhecimento de um professor e alguns jovens corredores.

O grupo, em sua ingenuidade e rebeldia pueril, formava um bando de corredores que tinham a andorinha como seu símbolo – por seu movimento e velocidade inexplicáveis.

¹O conto faz parte da última antologia lançada pela autora: “*O Amor em Lobito Bay*”, lançada em abril de 2016 pela editora Dom Quixote.

Espalhavam e tinham crença no rumor de que aquele que apanhasse e comesse o coração de uma andorinha em pleno voo, tornar-se-ia o maior velocista do mundo.

Dessa forma, o narrador do conto passa a sonhar com essa possibilidade até o dia em que, de súbito, uma andorinha cai aos seus pés. Ele a leva para a casa e a guarda para matá-la com calma, porém, inesperadamente, ela foge. Os gritos e choros do jovem duram dias, não só pela perda, mas pela incapacidade de descobrir o mistério do seu sumiço.

Tal qual o suspense do garoto, a vida começa a mudar bruscamente nas estradas de “Lobito Bay”: muda na África, muda na Europa, muda no mundo. Carros munidos de homens que, munidos de armas, atiravam para o ar em atos de libertação, diziam trazer a libertação.

Não tarda até todos se sentirem (e se tornarem) fugitivos das circunstâncias hostis do enfrentamento armado. Inesperadamente, até as crianças passam a se desentender na rua quando duas facções nacionais distintas passam a reivindicar o governo e a direção dos novos rumos de Angola, colocando como suspeitos e inimigos, pessoas que até então andavam lado a lado. Eram libertadores caçando libertadores.

Nos corações dos cidadãos coabitavam a mais pura esperança e a brutalidade mais bárbara. O professor dos corredores sentia culpa, pois, segundo ele, só onde não há amor, não haveria culpa. Assim, não conseguiram evitar o que era próprio da história, nem da espécie o que era da espécie e, com essa imagem, o conto se encerra com a fundação da vida de um povo.

Esse trabalho, além de procedimentos comparativistas, constará de uma investigação teórico-reflexiva sobre o conto “*O amor em Lobito Bay*” – contribuindo para consubstanciar o entendimento das relações sociais que permeiam as comunidades e as consequências da fragmentação identitária pós-colonial. Ou seja, a partir dos dados coletados no conto, intentar-se-á observar relações históricas entre identidade e integridade social, enquanto luta ou degradação moral.

Ademais, mesmo que a memória não seja estanque, seus pontos invariáveis permitem que os acontecimentos vividos produzam um altíssimo grau de identificação coletivo: personagens, lugares, fatos – muitas são as referências. O sentimento de pertença e a real análise dialógica, escolhida e articulada, são os grandes fenômenos que se almejam organizar em função dos elementos políticos e literários em jogo.

Posteriormente, de posse dos dados coletados, será feito um exame dos mesmos, a fim de descrever os diferentes discursos que encerram e interpretá-los para que possam ser descritos e extraídos os seus efeitos, tais como, por exemplo, o efeito da descolonização nas estruturas institucionais angolanas, da violação de direitos e da socialização humana.

Quando me refiro à luta por reconhecimento, resulto na relação consigo da consequência natural da estrutura intersubjetiva desenhada por Axel Honneth. Da perspectiva da experiência honnethiana, encontro o substrato produzido pelo resgate das discussões que a crescente influência de uma sociedade repleta de impasses produz em suas mais diversas relações:

(...) os motivos de resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. Tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são despontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito (HONNETH, 2003, p. 258).

Considerado esse nexos existente entre o eu e os permanentes conflitos sociais, quanto mais próxima a concepção da ação social e a democracia estiverem das noções de transparência e acessibilidade, tanto mais os processos decisórios estarão validados e a emancipação das relações de dominação estará mediada.

Portugal de Lídia Jorge experimentou, como muitos países, o nascimento de uma nova perspectiva política atrelada a uma significativa história constitucional, demarcada pelo confronto com suas colônias e a consolidação de fronteiras. A Revolução dos Cravos, nesse sentido, ao derrubar o regime salazarista português, representou para a nação desenvolvimento, democratização e descolonização – após 13 anos de guerra colonial com movimentos de libertação.

A legitimação e o fortalecimento das instituições fizeram parte do longo movimento de transformação de um regime autoritário em democrático. Entretanto, em Portugal, a revolução foi festejada como “uma simples mudança de cenários gastos que não alteraria o pacatíssimo e delicioso viver à beira-mar plantado, nem alteraria em nada a imagem que os portugueses faziam de si mesmos” (LOURENÇO, 1988, p. 44).

Nesse sentido, fruto da luta pela independência colonial, a Guerra Civil Angolana põe a termo anos de colonização portuguesa e consagra, sob o olhar histórico, o

desenvolvimento do seu processo de formação nacional. Assim, através de um avanço gradual se vê, de forma não rara, a sobrevivência de posturas regressistas que comprometeram a instalação de um novo regime em território africano.

Kenneth Maxwell (1985) chama a atenção sobre como o desenvolvimento da ideia política salazarista, sob a perspectiva de cada enquadramento nacional, é pano de fundo imperativo para a compreensão do movimento de descolonização.

Os rumos de cada um desses processos democráticos, então, passam a alimentar e impor uma nova forma de reflexão, rica em material de análise, transformadora, crítica e artística:

Se dantes o escritor deste país se empenhava em recusar o presente, fazia-o porque (ditava-lhe a razão histórica) o fascismo recusava o futuro. Agora, pelo contrário. Sem quase nos apercebermos abrimos um capítulo mais que nosso, universal; e com as tão faladas singularidades da democracia portuguesa – cravos, pluralismo socialista, exército cultural – estamos num desafio que nos empurra para frente e sem descanso e que projeta de nós uma sombra desmesurada. (PIRES, 1977, p.278).

Por consequência, tal leitura do período ditatorial é feita de forma articulada com o entendimento de Quadrat & Rollemberg (2011)², no instante em que se assume que os regimes autoritários não se produzem em si mesmos, mas são produtos de uma responsabilidade social cristalizada. Assim, é retirado o foco das instituições coercitivas e passíveis de provocarem distorções, para dar ênfase aos valores e referências sociais que resistem a todas essas fissuras destoantes.

No conto “*O amor em Lobito Bay*” é possível reencontrar essas rupturas e pensar quais são os princípios básicos que estão sendo aplicados e carregados por essa nova sociedade. O objetivo é analisar à margem do discurso oficial, através da vivência do cotidiano, na qual é comum o discurso de autoridade ser desmistificado numa intencionalidade analítica.

Afinal de contas, o narrador de Lídia Jorge se apresenta na seara da ressignificação do passado. A memória é matéria prima de uma identidade em ação. As construções discursivas apresentam uma narração que reorganiza experiência e significados na

² C.f em QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

consolidação de um “eu” novo. O fenômeno evocado se distribui dentro do grupo num movimento dialético de silenciamentos e recordações³.

O direito à memória e a individuação, mesmo patentemente visível nos mecanismos legais internacionais e recepcionados pela Constituição Portuguesa de 1976, ainda permanece um ideal distante, ou pelo menos deficiente, da realidade desses povos, uma vez que raras foram (e são) as políticas públicas para investigação do histórico salazarista vivido.

Ao propor realizar uma interpretação dos processos de reconhecimento que perpassa a dimensão emotiva, cognitiva e a social, opto pela linguagem e pela literatura como instrumentos de fortalecimentos das garantias fundamentais, pensando criticamente a comunidade em que se está inserido e o ordenamento que se pretende efetivar.

Pretende-se, assim, demonstrar como a literatura forma e humaniza não somente quando é uma literatura engajada ou social, mas principalmente quando a representação nela realizada consegue operar um crescimento no mundo. A partir dessa representação, tanto o escritor produz uma obra autêntica e exerce sua autenticidade, quanto o leitor tem a oportunidade, trazendo essa representação à vida, de recriá-la autenticamente e conhecer a si mesmo, na medida em que vive a experiência da literatura e é interpelado por aquela representação. (MASCARO, 2011, p.04).

Isso posto, é necessário estar em troca. A autonomia do outro fundamenta a autonomia do indivíduo e legitima um mundo mais justo, inclinado à reciprocidade e à mudança social e política. Uma vez consciente do seu papel no mundo e dos deveres que incumbem à sociedade, um projeto político sai do papel, efetivando-se a estima social que traria dignidade ao indivíduo. Segundo Nobre “a orientação para a emancipação é o que permite compreender a sociedade em seu conjunto” (2009, p.18).

Assim sendo, esse projeto demonstra como o conhecimento da narrativa aplicado ao fundamento das discussões sobre os conflitos sociais é determinante para a compreensão da autonomia dos sujeitos dentro de uma comunidade plural, repleta de marcas e traumas.

Dessa forma, a investigação se pauta em como o enredo do conto se posiciona e como seus personagens se comportam, visando esmiuçar até onde o outro pode regulamentar ou fomentar algum critério de escolha no recorte da memória e impulsionar o deslocamento para um espaço de transição, permitindo-se sobrepor a questão da construção

³ SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *In: Revista Graphos*, vol. 16, n° 1, 2014, UFPB/PPGL.

das identidades (individual e coletiva), estabelecendo-se uma relação voltada para o desenvolvimento institucional.

A trama analisada perpassa os reflexos do caráter de dispersão das políticas de controle e emigração das colônias portuguesas. Eduardo Lourenço (1999B) assevera sobre esse estigma presente, de forma dúbia, no povo português, sempre disposto a trocar sua identidade pela dos outros, sem nunca abandonar seu ponto de partida. Tal qual sua paradoxal relação com o tempo, que se tornou embaraçosa.

De tal modo, o marco teórico aplicado no presente trabalho se baseia, predominantemente, na Teoria da Luta por Reconhecimento de Axel Honneth. Citam-se, além dele, as influências de Hegel (1967); John B. Thompson (2000) no que tange à ideologia; Hall (2001) para os estudos identitários; Durkheim (1981) no campo das representações. No epicentro do *corpus* literário selecionado está Lídia Jorge, com a recente publicação da obra, homônima ao conto escolhido, “*O amor em Lobito Bay*”, em abril de 2016.

Quanto à metodologia empregada, registre-se que, através da análise do *corpus*, contextualização e leituras crítico-teóricas, adotou-se como método o sistema de leitura crítico-comparativa do material teórico e do recorte feito para se concretizar o empreendimento conceitual da identidade e do reconhecimento.

Dialogar com os recortes em foco tornará possível elucidar como essas relações de trajetória social acontecem nos espaços de transição, considerando-se os vínculos porventura existentes de uma luta por reconhecimento.

Para tanto, principia-se com a introdução do tema a ser investigado. Está contida na introdução: o tema e o problema da pesquisa, a hipótese e a justificativa da importância de seu estudo, além de seus objetivos e metodologia.

Já o primeiro capítulo é referente ao pressuposto teórico da institucionalização de direitos de Honneth (2009), conduzindo a uma compreensão da luta pela libertação angolana e do período colonial português, baseando-se no estudo do caso concreto, do qual o conto de Lídia Jorge é elemento sensível.

No capítulo dois, trato do conceito de ficção como espaço de representação da teoria honnethiana de luta por reconhecimento.

A partir do capítulo três, abordo o conto “*O amor em Lobito Bay*” de Lídia Jorge, desdobrando as três esferas do reconhecimento honnethiano: o amor, o direito e a estima social. O recorte escolhido articula este trabalho ao interpretar criticamente o papel das personagens, da ambientação e do enredo frente aos conflitos encontrados. A concretização

dos mesmos no âmbito da comunidade investigada apresenta, ainda, as consequências da resistência africana ao colonialismo português e ao abuso de direitos sofridos.

O capítulo quatro traz argumentações que legitimam e interpretam as interações humanas nos espaços de transição. Não se trata da reprodução mecânica de redações vagas ou estanques, mas da relação interdisciplinar entre literatura, amor e direito ter muito a contribuir para compreensão acerca das relações experimentadas interna e externamente.

Finalmente, transito pelas considerações finais de toda a pesquisa realizada com algumas ponderações sobre possíveis reflexões a serem desdobradas, oportunamente, em momento futuro.

Sem a consciência do seu papel no mundo e dos deveres a que está incumbido, dificilmente os horizontes do novo deixarão de ser abstratos e um projeto político sairá do papel.

1 A LUTA POR RECONHECIMENTO EM AXEL HONNETH

Ao analisar a teoria crítica de Axel Honneth busco refletir e reconstruir, de forma coerente, os argumentos centrais sobre o reconhecimento dos espaços de transição e sua complexa articulação com a formação da identidade e de seus estados de luta.

Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, é um dos nomes de destaque na tradição da Teoria Crítica, além de professor e diretor do Instituto para Pesquisa Social da *Goethe Universitat* desde 2001. Honneth é um dos principais pensadores alemães da atualidade e desenvolve sua teoria resgatando as lacunas da teoria crítica de Jurgen Habermas – do qual foi assistente – considerando que o autor não pondera adequadamente a dimensão das instituições através da intersubjetividade social – e assume, no interior da sua teoria, os fundamentos de Hegel sobre a categoria do reconhecimento.

É possível dizer o epicentro da teoria honnethiana é o conflito social, enxergando em seus antecessores elementos que podem ser melhor explorados para pensar como o sistema e sua lógica instrumental são resultados desses permanentes dilemas. Mais do que esboçar uma investigação da série de problemas que as desigualdades trazem, abrange um modelo que põe em xeque a busca por dignidade do homem.

Em sua tese de livre-docência, *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (1992), Honneth inaugura sua teoria a partir dos conceitos de Donald Winnicott (2002) sobre a “dependência absoluta”. Assim, através da psicologia infantil, demonstra como a relação de simbiose está presente em nossas vidas desde a nossa origem, pois a dependência total do bebê em relação a mãe proporciona uma unidade de comportamento que só se dissolve à medida que a criança amplia seu campo social e alarga os limites da sua individualidade (Honneth, 2009, p. 160ss).

Ora, resta nítido que da “dependência absoluta”, o indivíduo passa a experimentar uma “dependência relativa”, pois ainda que o bebê reconheça a mãe como uma pessoa independente, ambos continuam conectados por uma forte ligação afetiva.

O outro é, então, segundo Honneth, ponto central para a formação da identidade, para a autorrealização e para a explicação teórica e crítico-normativa das relações de reconhecimento, respeito e poder na sociedade.

Esse critério dialógico passa a ser explorado no projeto crítico da teoria da ação comunicativa promovida por Habermas, em que Honneth encontra uma alternativa para o

prolongamento da tradição de pensamento da escola de Frankfurt, considerada repleta de *déficits* sociológico e normativo ao querer retirar da própria esfera do social as razões que poderiam ser úteis para uma justificação interna da crítica.

Para Habermas, a forma social própria da modernidade é aquela em que a orientação da ação para o entendimento encontra-se presente no próprio processo de reprodução cultural que permite a continuidade de interpretações do mundo, nas próprias instituições em que o indivíduo é socializado, nos processos de aprendizado e de constituição da personalidade. A racionalidade comunicativa encontra-se, assim, para Habermas, efetivamente inscrita na realidade das relações sociais contemporâneas (Honneth, 2003, p.14).

A investida de Habermas é a chave da virada para se caracterizar o social não mais como um núcleo instrumental de suas produções e relações, mas sim como uma ação comunicativa tipificada por processos de entendimento linguístico – um pensamento ligado estreitamente a Durkheim e Georg Herbert Mead.

Vale sublinhar que Honneth está de acordo com muitas observações feitas por Habermas, mas se distancia dele em outras, como sua crítica à pragmática da linguagem, já que Habermas a considerou a única experiência cotidiana dos atores sociais. Por essa razão, é introduzido o conceito de experiência moral, como a virada da teoria da linguagem para uma teoria da experiência – reconhecida também como uma teoria do reconhecimento.

Habermas apresenta sua posição teórica como solução para os impasses detectados em Adorno e Horkheimer, na “Escola de Frankfurt”, mas Honneth considera que seu feito se fez ao preço de novos problemas, uma vez que não seria possível admitir o conceito de reconhecimento através de uma construção racional com a mera participação livre na esfera pública, pelo contrário, demandaria uma severa vinculação entre o social e uma série de expectativas e princípios normativos internos.

Nesse sentido, o estudo honnethiano resgata os conceitos hegelianos de reconhecimento, intersubjetividade e conflito. Hegel trazia o conflito como elemento moral intrínseco às relações sociais, uma vez que as reivindicações individuais por reconhecimento da identidade gerariam uma tensão na vida em sociedade como elemento catalisador do desenvolvimento social moral. Dessa forma, Honneth sustenta que Hegel já inseria a experiência do reconhecimento como parte central de sua concepção, porque as lutas sociais buscariam garantir não apenas a autopreservação física, mas o reconhecimento recíproco entre os sujeitos.

Axel Honneth sintetiza o pensamento de Hegel ao delimitar a construção do universo social como “processo de aprendizagem moral, que conduz, através de diversos níveis de uma luta, a relações cada vez mais exigentes de reconhecimento recípro (...)” (2011, p. 87).

Contudo, de acordo com as formulações de Honneth, a análise hegeliana falhava ao esclarecer quais os tipos de experiências que o sujeito precisa vivenciar para perceber-se a si mesmo como uma pessoa legitimamente dotada de direitos, possibilitada de participar da vida pública institucional.

Figura 1 – Etapas da teoria de Hegel

Objeto de reconhecimento\ Modo de reconhecimento	Indivíduo (carências concretas)	Pessoa (autonomia formal)	Sujeito (particularidade individual)
Intuição (afetivo)	Família (amor)		
Conceito (cognitivo)		Sociedade civil (direito)	
Intuição intelectual (afeto que se tornou racional)			Estado (solidariedade)

Fonte: HONNETH, 2003, p.60

Assim, é na psicologia social de George Herbert Mead, que Honneth consegue “dar à ideia hegeliana uma inflexão empírica” (HONNETH, 2009, p. 24), na qual a construção de uma análise da interação entre o amor, o direito e a solidariedade integram etapas diferentes do processo de reconhecimento para plena realização do indivíduo.

Com base nos estudos citados de Winnicott, pediatra e psicanalista, Honneth esboça os princípios fundamentais do amor, que seria a primeira esfera de reconhecimento.

O mundo é criado de novo por cada ser humano, que começa o seu trabalho no mínimo tão cedo quanto o momento do seu nascimento e da primeira mamada teórica. Aquilo que o bebê cria depende em grande parte daquilo que é apresentado no momento da criatividade, pela mãe que se adapta ativamente às necessidades do bebê. Mas se a criatividade do bebê está ausente, os detalhes apresentados pela mãe não terão sentido. Sabemos que o mundo estava lá antes do bebê, mas o bebê não sabe disso, e no início tem a ilusão de que o que ele encontra foi por ele criado. Esse estado de coisas, no entanto, só ocorre quando a mãe age de maneira suficientemente boa. O

problema da criatividade primária foi discutido como pertencendo à mais tenra infância; mas, para sermos precisos, trata-se de um problema que jamais deixa de ter sentido enquanto o indivíduo estiver vivo (1990, p.130-131).

Desse modo, baseando-se na chamada Teoria do Desenvolvimento Emocional, Honneth encontra o subsídio dos registros que vão dar sustentação à vida emocional adulta. Uma vez que o bebê é capaz de desenvolver uma relação segura com a mãe, sente-se encorajado para relacionar-se consigo mesmo e com o mundo. Essa nova capacidade da criança, proporcionada pelo amor, é denominada pelo autor como *autoconfiança*.

Esse desenvolvimento de autoconfiança é visto como a base de toda relação social (HONNETH, 2009, p.168ss), sendo essa esfera de reconhecimento, o amor, o cerne de toda a moralidade.

É possível dizer que existe uma clara ligação entre o nível do amor e a consciência corporal, uma vez que Honneth coloca os maus tratos como prática de desrespeito dessa primeira dimensão. Ora, como maus tratos, podemos entender qualquer experiência de violação da integridade corporal, tal como flagelações, torturas, lesões etc.

Por conseguinte, a luta por reconhecimento em sua esfera do amor possui uma espécie de raiz carencial. Os indivíduos se individualizam através da afetividade com o outro. A simbiose acontece, essencialmente, pela dedicação emotiva dos outros sujeitos da interação. Seguindo o modelo de Hegel, Honneth entende que a primeira forma de reconhecimento com que nos deparamos na vida é o amor que sozinho não conduz aos conflitos sociais, pois as relações amorosas estão restritas a círculos que não interferem no interesse coletivo.

Por sua vez, a segunda esfera de reconhecimento, a do direito, já representa um cenário moral de conflitos sociais. Isso porque o direito deve levar em consideração os interesses e as expectativas de todos os participantes de dada comunidade. A estratégia de Honneth é, então, desenvolver no indivíduo a consciência de ser um sujeito de direitos, mantendo seus principais referenciais – Hegel e Mead – ao conceber que só podemos nos distinguir na bilateralidade atributiva, sendo portadores de direitos e deveres iguais, quando identificamos no *outro* as responsabilidades que temos.

A partir dessa constatação, espera-se que o ordenamento jurídico propicie um mundo mais justo, longe de privilégios atribuídos em decorrência da posição social que o elemento desfruta. A percepção do *status* se mantém nas sociedades tradicionais, na medida em que o sujeito só consegue obter reconhecimento jurídico quando ele é identificado como célula ativa da comunidade em que está inserido. Segundo essa análise, é somente reconhecendo o outro como possuidor de direitos, que se define a si como sujeito de direitos.

As imbricações do direito expressam, portanto, o caráter cognitivo do reconhecimento. Esfera que, quando negada, constrange o indivíduo em sua integridade social, porém, quando oportunizada, é capaz de incentivar um respeito mútuo entre as pessoas. Honneth estabelece três dimensões básicas do sistema jurídico: o direito à liberdade, à participação no espaço público e ao bem-estar na sociedade.

Diferentemente do reconhecimento e da formação de identidade que se inicia no seio familiar, o processo jurídico, mesmo não tendo um efetivo elo emocional entre os indivíduos, pressupõe a vontade geral e com isso estabelece a formação do autorrespeito. Honneth acredita que nas sociedades contemporâneas democráticas, o direito é uma ferramenta para combater regalias, considerando todos iguais perante a lei.

Tanto Hegel como Mead, na construção teórica de Honneth, consideraram além do amor e do direito, uma terceira esfera de reconhecimento recíproco, encarada como a solidariedade, que, dadas as particularidades de cada estudioso, só pode ser tangível se existir o compartilhamento de valores entre os indivíduos em suas relações intersubjetivas e/ou sociais.

A etapa da solidariedade é catalisadora do desenvolvimento de autorrealização individual no meio social e também da formação da autoestima. O princípio norteador do reconhecimento pela estima são, justamente, as contribuições coletivas provenientes da comunidade de valores que fundamentariam a sociedade.

Se o reconhecimento jurídico subentende a igualdade, a estima social se aplica às circunstâncias destoantes de cada cidadão. Nesse sentido, a solidariedade considera o comportamento individualizado e as competências de cada ser, predeterminando os parâmetros culturais da sociedade que orientarão a estima social das pessoas. Isso posto, tal forma de reconhecimento pressupõe uma conjuntura de convívio social. Segundo Honneth:

(...) nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (2003, p. 207).

Assim, percebemos que as relações de engrandecimento social trazem à tona um tipo de luta permanente pelo valor das suas próprias capacidades, sendo que a eminência social é obtida conforme a identidade coletiva, ou seja, o sentimento de orgulho do grupo. Dessa forma, se os grupos querem ter participação – estima social – têm de sair da sua esfera privada para que as suas ações sejam reconhecidas externamente.

A essa coroa tripartite de reconhecimento corresponde uma tríade de desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação, respectivamente. Segundo sua concepção, seria em resistência a essa tríade que se desencadeariam os conflitos sociais (VALENTE; DE CAUX, 2010).

Nesse sentido, é feito um paralelo entre os valores da sociedade e a legitimação das relações jurídicas, pois o sentimento de desrespeito nasce dos critérios pelos quais os grupos avaliam moralmente a justiça.

Por isso, a esfera social possibilita o autorreconhecimento do ser em suas características semelhantes, reconhecendo o outro na sua singularidade. Desse jeito, cada nova esfera de reconhecimento gera novas dimensões da própria identidade, o que estimula novas lutas, mostrando que o cerne do processo é esse movimento entre conflito e reconhecimento.

O conceito de reconhecimento revela-se, então, como um mecanismo hábil a permitir a análise do Estado Democrático de Direito, já que, na ponderação de Honneth, por meio do direito os sujeitos reconhecem-se reciprocamente como seres humanos iguais.

Ora, a ciência jurídica encontra-se diretamente ligada à questão moral e da linguagem, oral e escrita, pois faz dela seu substrato de ressignificação das normas e produção das relações no mundo. Do mesmo modo, a literatura é consumida pela emergência da obra cotidiana.

O desafio surge na interseção das zonas de conflito, nas quais surge a luta social que integra os meios políticos, simbólicos e jurídicos para além das redes emotivas e morais.

A continuidade de configurações de ambos os fenômenos torna possível o ato criador da literatura, materializando-se em uma narrativa concreta e representativa da grande transformação que o jogo humano apresenta.

Indivíduos e personagens trazem para a sociedade expectativas normativas e reivindicações morais através das quais se busca garantir a expressão da sua identidade e da sua realização.

A possibilidade de aproximação entre literatura e direito favorece ao direito assimilar a capacidade criadora da literatura e, assim, superar as barreiras colocadas pelo senso comum, bem como transcender a importância do caráter linguístico. Por ambas as capacidades formadoras, a proposta de Axel Honneth vai muito além da linguagem e do reconhecimento e atinge um papel emancipador nos grupos em que está inserida, sensível à essência identitária do homem. O *animus* da abordagem interdisciplinar dessa pesquisa é, justamente, este: encontrar-se-á no limite para percorrer uma conexão crítica, dialógica e criativa.

As relações serão reconstruídas pelo cuidado afetivo, respeito e estima social. Logo, a exteriorização de conflitos, sejam eles reais ou narrativos, advêm de experiências e situações vividas como injustas. Essas experiências se localizam em contextos históricos que podem agravar ou suavizar as relações de reconhecimento recíproco.

Através desse paralelo entre os campos literário e jurídico, serão evidenciados na pesquisa artefatos literários que, enquanto prática, estreitam a dimensão de cada ciência: “a produção de personagens, interpretações, narrativas, diálogos, signos linguísticos, tons figurativos, performances retóricas, representações do mundo” (BINDER; WEISBERG, 2000, p.18). Direito e literatura constituem um rico imaginário que sustenta e legitima o vínculo social, desde às grandes narrativas fundadoras, instituindo uma civilização.

Ora, para a reflexão dos dilemas da contemporaneidade, o modelo teórico de Honneth, que centraliza as questões de reconhecimento, mostra-se extremamente útil, uma vez que coloca os conflitos sociais como sendo lutas morais por reconhecimento.

O protagonismo do direito só se justifica na medida em que é a própria sociedade que o estrutura e o legitima, tal qual a literatura é o condão que denuncia, retrata e repensa as condições em que as comunidades são subjugadas para manutenção de um *status quo*, questionando os fatores reais de poder e as múltiplas facetas do sistema dominante.

O poder de manipulação do Estado na criação e reprodução legislativa por vezes faz com que a aplicação da norma seja dada de forma automática e cruel,

desconsiderando-se o caso contrato. Isto posto, suscito aqui as ferramentas de transformação para rompimento da abordagem dominante e dos programas opressores, quais sejam: interpretação, desconstrução, narração, retórica, representação, dentre outros gêneros.

Para François Ost, a primeira diferença existente entre o Direito e a Literatura reside no fato de que “enquanto a Literatura libera os possíveis, o Direito codifica a realidade, a institui por uma rede de qualificações convencionadas, a encerra num sistema de obrigações e interdições”. O autor observa que a Literatura é mais “indisciplinada” que o Direito, gozando de maior liberdade criativa. Além disso, e eis a segunda diferença, repara que o Direito precisa fazer determinadas escolhas regradas a fim de defender a “segurança jurídica”, conceito ao qual os juristas conferem extrema importância. A Literatura, por outro lado, é livre para se entregar à imaginação, espantando, perturbando, deslumbrando e desorientando o seu interlocutor, sem compromissos com garantismos e afins. Uma terceira diferença entre o Direito e a Literatura está numa constatação simples e ao mesmo tempo complexa feita por Christian Biet: “O Direito produz pessoas, a Literatura, personagens”. (...) Chegamos, enfim, à quarta diferença fundamental entre o Direito e a Literatura, sob a ótica de François Ost: “enquanto aquele se declina no registro da generalidade e da abstração (a lei, dizem é geral e abstrata), esta se desdobra no particular e no concreto”. (BORA, 2010, p. 60- 63).

O Direito não funciona se não se der a conhecer de forma densa o aparato social em que está inserido. Nesse momento, quanto maiores e mais profundas as interseções que ele realizar com as demais áreas de conhecimento, mais enriquecedor para o ordenamento que irá submeter juridicamente seus povos.

Da perspectiva da teoria do reconhecimento, os atores da vida social não podem ser isolados para compreensão do panorama moral e cultural em que estão inseridos. Esse contexto quase sempre se encontra oculto nas práticas sociais e políticas de um povo, sendo raramente explícito nos discursos. É nesse sentido que, avaliando a constituição identitária do indivíduo, entende-se que os sujeitos se constroem a partir de sua própria interpretação, a qual só se dá dentro de um contexto dialógico, ou seja, cultural.

2 A FICÇÃO COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA LUTA SOCIAL POR RECONHECIMENTO

Esta pesquisa delinea proposições possíveis acerca da ficção como espaço de representação. O espaço de representação traz uma percepção dinâmica do ambiente, permeado pela ação cotidiana e por todo tipo de ligações culturais. O objetivo desta investigação é compreender como a representação social, através da ficção em prosa, afeta a construção da identidade e do reconhecimento.

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e lingüísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. (SILVA, 2000. p.84)

A perspectiva de construção da identidade adotada nesta dissertação considera um olhar reflexivo, no qual a mesma se dá como um fenômeno não estanque, desenrolando-se em múltiplos processos de (re)pensar, que não estão inteiramente concluídos, mas sim em um constante vir a ser, colocando-se no mundo para significar e ressignificar as possibilidades sobre si e sobre o outro.

Papalia (2006), afirma que a formação identitária está completamente atrelada ao *locus* em que o ator social a reproduz. Assim, falar sobre o indivíduo e, em especial, analisar as personagens presentes no conto de Lídia Jorge, implica necessariamente perceber o ambiente e as relações que o circundam, o amparam e falam sobre ele mesmo.

Além disso, é importante frisar que a identidade se constrói com a ascendência dos mais variados condicionantes, dentre os quais, é possível citar os fatores lingüísticos, culturais, econômicos etc. Esses elementos são interligados e formam as possibilidades de desenvolvimento da trama narrativa em questão.

Desse modo, entender como personagens do conto presentes na comunidade de “Lobito Bay” percebem os movimentos de descolonização é de suma importância para entender como esse processo consegue captar tais referências e se deixa afetar por elas na

construção de suas identidades, já que o outro na relação com o *self* assume um papel de extrema importância nesse momento específico de uma guerra civil por independência.

Tão relevante quanto isso, é aceitar o fato de que qualquer identidade também pode se constituir a partir das representações que uma coletividade ou o próprio social possui em torno dela mesma.

Representar é exprimir e se relacionar com níveis diferentes de conhecimento. O espaço é decisivo na representação, mas é no binômio sujeito-objeto que encontramos o seu ponto basilar.

Sob essa perspectiva, a base de aproximação teórica está nos trabalhos de Serge Moscovici (1961) e Émile Durkheim (1981). Considera-se que a teoria das representações sociais tem seu ponto de partida no trabalho de Moscovici, mas se consolidam na Sociologia do francês Durkheim, o qual questionou a existência de um único tipo de representação e explicou que esta se manifesta de duas formas: *representações individuais* e *representações coletivas*.

A forma das representações individuais se refere ao indivíduo em sua particularidade e deve ser estudada pela biologia e pela psicologia. Já as representações coletivas são provenientes do meio social e justificam a maneira como a sociedade se sustenta. Essas representações coletivas se referem aos conceitos, crenças e valores compartilhados por um mesmo público, formando a bagagem cultural de uma sociedade. É produzida pelo coletivo através da linguagem, em que os diferentes componentes da língua materializam o que a sociedade pensa de sua própria experiência, refletindo na realidade da sua vida coletiva. Vale ressaltar que, apesar de distintas, essas duas formas não se separam, pois são as representações coletivas que favorecem a formação das representações individuais. É a vida social que nos faz ser quem somos individualmente, o que faria a sociedade prevalecer sobre o indivíduo, ao constituí-lo.

Segundo Durkheim (*op. cit.*), a representação coletiva não está limitada ao acúmulo de representações individuais. Ela favorece a recriação do universo coletivo através da junção de experiências individuais e da herança cultural transmitida (conhecimento guardado por comunidades no decorrer dos tempos).

Por outro lado, o psicólogo Moscovici (1979) desenvolveu outro conceito de representação social por não acreditar na ideia de que as representações sejam apenas o somatório de um conhecimento transmitido de forma estanque pelo coletivo. Para Moscovici, isso poderia ser possível em sociedades mais rústicas, mas, na complexidade das sociedades modernas, as representações sociais só podem ser dinâmicas, uma vez que o

indivíduo tanto cria quanto atua ativamente na construção da sociedade e é atingido por ela. O mundo ganha sentido através dessas representações, que são criações do coletivo feitas no discurso e que o tornam possível. Afirmando isso, o autor levanta um profundo debate sobre a relação entre linguagem e representação.

Moscovici ainda sugere que o diálogo entre os sujeitos e seu meio seja composto por conceitos psicossociais, geralmente associados à opinião, à atitude e à imagem sobre o real. Esses conceitos são transmutados em um discurso que institui valores e princípios condutores de “supostos” reflexos do real, que as geram em práticas sociais. Tal análise da prática discursiva visa elucidar a ingerência do sistema cognitivo no social e do social no cognitivo em suas condições de produção. As representações sociais são, assim, “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Fundamentando-se nos estudos e na definição de representações sociais de Moscovici, Jodelet dispõe que “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2002, p. 22). Isso significa que, ao estudar as representações sociais, estamos refletindo sobre como a sociedade constrói seu conhecimento sobre os indivíduos e os grupos sociais, elaborando uma realidade comum sobre eles, tornando familiar o não familiar para uma compreensão do mundo e de suas relações. Por isso:

(...) a abordagem de representações sociais pode fornecer, para uma mudança social ao nível individual ou coletivo e qualquer que seja o domínio de intervenção, a melhor contribuição, mas também a mais difícil. A melhor, porque os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e na reorientação das práticas. A mais difícil, pois as representações sociais são fenômenos complexos, incitando um jogo de numerosas dimensões que devem ser integradas em uma mesma apreensão e sobre as quais é necessário intervir conjuntamente. (JODELET, 2009, p. 695).

Assim, as representações sociais classificam, significam e denominam novos acontecimentos e novas ideias, possibilitando uma compreensão e um manejo desses a partir de visões de mundo dados e já internalizados pela sociedade. Com tais características, analisar as representações sociais significa examinar como são formados, como funcionam e como podem induzir na prática os sistemas de referência utilizados na categorização de pessoas e grupos.

Dessa forma, não é coerente que a análise das representações sociais aconteça apenas no plano individual, trata-se de uma problematização maior do ponto de vista cultural, ou melhor, as representações sociais são consideradas “símbolos construídos coletivamente, de forma compartilhada, por uma sociedade” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 65).

A representação social deixa marcas, boas e ruins, sobre uma pessoa e/ou grupo de pessoas, levando-se em consideração a sabedoria do momento, produzida socialmente, e afeta a forma como elas percebem a si mesmas (JACQUES, 2008).

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (SILVA, 2000. p. 17).

A grande questão é que as representações sociais existem, mas não são palpáveis, elas agem nas entrelinhas, manipulando e sendo manipuladas sem que, muitas vezes, sejam notadas. Dessa forma, as representações sociais estão implícitas no discurso através das diversas formas de linguagem e oportunizam uma visão mais contundente sobre a coletividade ao não desassociar o individual do coletivo.

É com essa proposta de Jodelet (2002), de que as representações sociais sejam ideias partilhadas, capazes de criar uma realidade em comum para comunidades específicas, inclusive induzidos a determinadas atitudes, que será analisada a ficção como espaço de representação.

Existe uma clara convergência no entendimento do espaço como conceito caro às representações sociais – representações sociais do espaço ou representações socioespaciais. Segundo Jodelet (2002), o espaço pode ser definido através da noção de matriz, aquilo que conecta uns aos outros e tem a capacidade de gerar novas ligações, uma vez que possibilita a existência pela absorção entre elementos naturais e culturais, definindo possibilidades e restrições para a ação do sujeito.

Essa concepção revela um entendimento sobre a memória dos lugares para compreender o sentido atribuído ao espaço pelas comunidades. Revela, ainda, que o espaço de representação é uma via de mão dupla, estruturante e estruturado ao mesmo tempo pelo

sistema social de uma época. Assim, o espaço se engendra como algo repleto de significado, tornando-se lugar. O lugar, nas palavras de Jodelet (2002), é um elemento social e físico que é ocupado e modificado pelo ser humano através de um filtro de compartilhamentos de informações, padrões e sensibilidades residentes no interior de um grupo de pertença.

O espaço pode ser encarado como uma abstração de representação passível de ser associado a elementos de objetivação de representações distintas. Em sua materialidade, destaca-se o papel da memória na elaboração da identidade e das identificações urbanas.

Segundo essa perspectiva socioespacial, o lugar constituído dispõe de uma função essencial nas construções de identidade pessoal e coletiva. A identidade do lugar apresenta matéria representativa para (re)significação das lembranças e põe à vista conteúdos identitários das suas personagens, agindo sob seus hábitos e julgamentos.

É possível e necessário destacar também o papel do espaço como objeto de representação no quesito de modelo da ordem social. Atesta-se que os indivíduos têm suas ações reguladas pela representação daquele que organiza o espaço. Essa seria a razão pela qual é imprescindível observar tais sistemas de organização e de ocupação, uma vez que as mesmas se baseiam nas representações construídas pelos sujeitos sociais que regulam as instituições.

O propósito de se esboçar tal situação é interpretar o conteúdo da representação social que emerge da prática discursiva obtida na prosa de ficção, especificamente, o conto.

A Friedrich Schlegel devemos as primeiras teorias acerca do conto. Inicialmente, tratado como romance curto e sob a designação de *novella* (apropriação do termo italiano), seus estudos foram, até final do século XIX, incompletos e negligenciados. Havia uma sonoridade pejorativa no termo, por sua forma simplista, e este era facilmente confundido com a novela e o romance – ambiguidades polissêmicas.

O conto é, do prisma de sua história e de sua essência, a matriz da novela e do romance, mais isso não significa que deva poder, necessariamente, transformar-se neles. Como a novela e o romance, é irreversível: jamais deixa de ser conto a narrativa que como tal se engendra, e a ele não pode ser reduzido nenhum romance ou novela (MOISES, 2006, p.36).

É justo destacar, igualmente, os estudos de Edgard Allan Poe, pioneiros e ainda atuais sobre o assunto. O autor é considerado, ao lado de Nicolai Gogol, o introdutor do conto moderno.

O conto é uma prosa de ficção destinada à representação. É um gênero que promove a ação e pressupõe o conflito, constituintes da sua unidade dramática. Para Moises (2016), tipifica-se por manter uma unidade de ação, tomada esta como a “sequência de atos praticados pelos protagonistas, ou de acontecimentos que participam” (p. 39). Tais atos podem ser externos e/ou internos. Atos externos são aqueles que propiciam deslocamentos no tempo e no espaço, já os atos internos são aqueles que constroem o conflito dentro da própria mente das personagens.

A chave para entender o conto é ir contra o previsível e o convencional, o caráter da intriga se oferece como possibilidades de paradoxo. Piglia (2004) consolida que o conto sempre narra duas histórias, uma aparente e outra secreta. A arte de construir um bom conto reside em contar as duas histórias concomitantemente, como se fossem uma só. A definição dos pontos de interseção dos seus elementos essenciais tem dupla função e são empregados de maneira diferente na construção de cada história contada. O conto é um relato. A estratégia do relato é posta a serviço de uma trama narrada com espera e tensão rumo à estrutura breve e enigmática para sintetizar os problemas técnicos do gênero, sempre ambíguo, mas também com um eficaz e inevitável efeito de surpresa.

“O conto monta-se, portanto, à volta de uma só ideia ou imagem da vida, desprezando os acessórios e, via de regra, considerando as personagens apenas como instrumentos da ação” (MOISES, 2006, p.47-48). Esse requisito fundamental da narrativa é o seu núcleo dramático.

Em decorrência das características apontadas, a condensação do enredo produz uma reduzida escala de personagens. Poucos são os que de fato intervêm na narrativa, as unidades de ação, tempo e espaço implicam em acontecimentos selecionados.

Moisés (2016) compara a técnica de produção do conto à manipulação fotográfica. Tal qual o fotógrafo que se concentra em um ponto para não perder o foco, o contista focaliza um fragmento principal, e mesmo conseguindo captá-lo, os detalhes do entorno são conservados.

A linguagem em que é exibido deve ser objetiva, plástica e utilizar recursos textuais de pronta compreensão para o leitor, destacando-se o *diálogo* como uma das ferramentas mais importantes, pois os conflitos estão essencialmente construídos através das palavras e pensamentos e não nos gestos. Sem diálogo perde-se ação.

No conto “*O amor em Lobito Bay*”, existe um trabalho de contextualização que sistematiza pertencas, vivências, valores e comunicações. Analisando-se a teoria das representações sociais fica claro que não existem análises neutras e assépticas. As relações

traduzidas entre os atores sociais e entre a comunidade são responsáveis pela criação e circulação das representações de objetos e atitudes – produto e processo da realidade e da existência.

O espaço de representação refere-se às experiências que se originam na contextualização do sujeito. É constantemente instigada pela tradição, educação e comunicação no geral. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico, mas que transpassa o plano material e projeta para o mundo.

O próprio Durkheim (1996) demonstrou que o espaço não é um meio vago e indeterminado, se assim o fosse, ele não suscitaria o pensamento, e a representação espacial seria uma "primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível" (p.17). Além disso, se o espaço fosse de caráter qualitativamente homogêneo, essa premissa seria impossível.

A teoria de Axel Honneth ajuda a compreender os propósitos que permeiam a luta por reconhecimento e suas contribuições à concepção do espaço, o que acaba por direcionar o estudo ao campo da identidade. Para fundamentar essa análise, considerando que a criação dos personagens em “Lobito Bay” é uma escolha da autora, que envolve aspectos ideológicos, é necessário tocar na questão das representações sociais e nos processos de formação do *eu*.

Analisadas em conjunto, as três etapas do reconhecimento recíproco constituem o que Honneth resolveu caracterizar como sendo a estrutura formal do processo de autorrealização individual e, portanto, o pressuposto de uma vida boa. Na medida em que os seres humanos recebem assentimento intersubjetivo com respeito às características ligadas ao amor, aos direitos e a seus valores pessoais, eles passam a se referir positivamente nas relações de autoconfiança, autorrespeito e autoestima respectivamente e conseguem, a partir daí, atingir a autorrelação prática (FERES; FILHO, 2013, p.09).

Na hipótese desenhada por Honneth, o indivíduo é reconhecido em sua individualidade. A identidade do sujeito é constituída de forma intersubjetiva e não mais determinada pela coletividade. O reconhecimento recíproco e a prática dialógica são circunstâncias imprescindíveis para a formação prática da identidade.

Figura 2 – Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto-relação prática	Autoconfiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra", dignidade

Fonte: HONNETH, 2003, p.211

Por sua vez, Taylor (2000) atenta para o fato de que a identidade e o reconhecimento não foram problematizados de forma assertiva na Modernidade. Por isso, é essencial definir até onde o modelo de reconhecimento contribui para as construções identitárias.

Nesse contexto, o pensador considera que a linguagem deve ser entendida como uma articuladora de nós mesmos com a realidade. Através dela o homem entende a si em sua conjuntura vital, compartilha a sua visão de mundo, e é capaz de construir as suas relações interpessoais e morais.

Também preocupado com a formação de identidades, Axel Honneth, por sua vez, inspirado no pensamento hegeliano, defende que a luta por reconhecimento está na base dos conflitos sociais e que tais conflitos não devem ser sufocados e nem negados, mas influenciar o processo de compreensão do sujeito.

O autor reserva a referência espacial ao caráter social do mesmo. Deste modo, são os atores sociais que, através de parâmetros coletivos, atribuem sentidos e significados espaciais, revestindo o espaço de uma natureza social.

O encadeamento lógico do conto de Lídia Jorge, atado ao momento de descolonização e às influências salazaristas, faz menção ao quanto a ideologia política se consubstancia em espaços de representação.

O espaço de representação é a categoria dispensada ao historiador Mosse (1991), que reconheceu os símbolos do nacionalismo através da aliança entre estética e política dadas exteriormente. O poder político restava consagrado por intermédio de monumentos que seriam a referência material desse tipo de ideologia. Nesse contexto, o historiador percebeu que a noção de pátria se dava pela utilização de signos de poder em espaços públicos.

Se a implicação das representações sociais nos remete a relações de poder, fica evidente que uma das formas substanciais de apropriação espacial mediada pelo poder é o território. O poder está atrelado à noção de apropriação e os sujeitos se qualificam e constroem espaços de representação de acordo com estímulos onde o poder está latente. O poder, especialmente o político, explora e suscita essas representações coletivas.

Em “Lobito Bay”, direcionadas as forças para a descolonização, as preocupações que ocupam lugar de destaque no conto estavam relacionadas à fonte de poder, à representação política, à cidadania e aos propósitos gerados pelo comportamento dos dois movimentos de independência.

Onde se encontrava a fonte de poder político legítimo? Ela deveria repousar sobre o próprio centro de poder ou deveria ser delegada para o centro de poder, mediante os mecanismos de representação política e social? Quem estava qualificado para representar e ser representado, isto é, qual deveria ser o escopo da comunidade política? Quem pertence e quem não pertence a ela como cidadão político pleno? E para que servem o governo e o Estado afinal? Qual é a finalidade dos governos legítimos? Que metas deveriam perseguir e através de que meios? (SANTOS,1978, p.78).

A ancoragem institucional não elimina o potencial de conflitos e de rupturas trazidos pela contradição entre as representações do espaço e do poder. As representações e práticas dos “libertadores que trazem a mudança” em “Lobito Bay” inserem a crença comum de que o Estado e a Sociedade podem ser modelados de acordo com a percepção e a vontade dos grupos predominantes.

Em que pesem as divergências, descobre-se, nessas representações um fator de instabilidade permanente no relacionamento entre os rebeldes e no relacionamento destes com os grupos dominados, dificultando um acordo estável a respeito de como enfrentar os problemas colocados pela descolonização.

Por essas palavras, percebe-se que na narrativa ficcional, *corpus* desta pesquisa, os personagens não são capazes de realizar a mediação dos conteúdos ideológicos presentes

em seu meio. É possível arriscar dizer que assimilam a ideologia da descolonização, da forma como se deu, por “goela abaixo”. John B. Thompson (2000) relata que:

o discurso das ideologias apareceu, constituindo sistemas organizados de crenças que ofereciam interpretações coerentes dos fenômenos sociais e políticos e que serviam para mobilizar movimentos sociais e justificar exercícios de poder. As ideologias, então, propiciaram marcos referenciais de sentido, por assim dizer, que possibilitaram às pessoas se orientarem num mundo caracterizado por certo sentimento de falta de fundamento, uma sensação produzida pela destruição de estilos de vida tradicionais e pela morte de cosmovisões religiosas e míticas. (Thompson, 2000, p. 110).

Percebe-se, nesse ínterim, que é através do discurso ideológico que se legitima um movimento, mobilizam-se grupos e doutrina-se instituições. No âmbito das sociedades modernas, existe uma pluralidade de poderes e leis que sustentam o desenvolvimento de identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno (HALL, 2001, p. 46).

A proposta deste trabalho é buscar compreender os processos de constituição dos sujeitos, aqui percebidos como personagens construídos a partir de uma identificação social, mediante um discurso que produz efeitos de sentido ideológico entre outros indivíduos.

É importante observar que, para Hall (2001, p.26), a linguagem apresenta uma função “multirreferencial” ao comportar que um mesmo fenômeno ou uma mesma relação social possa ser representada ou construída de formas distintas. Seriam os diversos pontos de vista apresentados no conto “*O amor em Lobito Bay*”, ora exibindo a guerra de independência angolana como uma salvação necessária, ora como um terrível massacre.

Stuart Hall em *Identidade Cultural na pós-modernidade* (2001), trata de questões que envolvem o surgimento de novas identidades e a fragmentação do indivíduo moderno. Conforme pondera Hall:

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (2001, p. 7).

Hall acredita que as identidades modernas estão sendo fragmentadas pelas transformações estruturais ocorridas nas sociedades modernas, provocando muitas vezes uma crise identitária.

(...) o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (2001, p. 13).

Indo ao encontro desta argumentação acerca da crise da identidade, Homi Bhabha (1998) expande o questionamento ao sublinhar que a identidade do indivíduo pós-moderno não é uniforme e nem se encontra em harmonia, mas é fragmentada e heterogênea.

Bhabha insiste em superar as oposições de toda a espécie, como dominador/dominado, resistente/opressor, para privilegiar estudos que investiguem os pormenores presentes dessas fronteiras – o *entrelugar*. Seria nesse entrelugar que o indivíduo assumiria seus referenciais de forma plural, pois a identidade seria um processo de hibridização, no qual o sujeito pode assumir diferentes identidades em um mesmo contexto.

De tal forma, o pedido de reconhecimento não se prende a reducionismos. A política da diferença recusa a homogeneização do homem e enxerga o processo de formação da identidade em toda a sua potencialidade. Na obra *The work of representation* (1997), Hall embasa o estudo que desenvolve sobre as representações.

O conceito de representação é central nos estudos culturais. A concepção de cultura, enquanto conjunto de significados partilhados, é o ponto de partida do raciocínio de Hall (1997) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação dos diversos campos sociais.

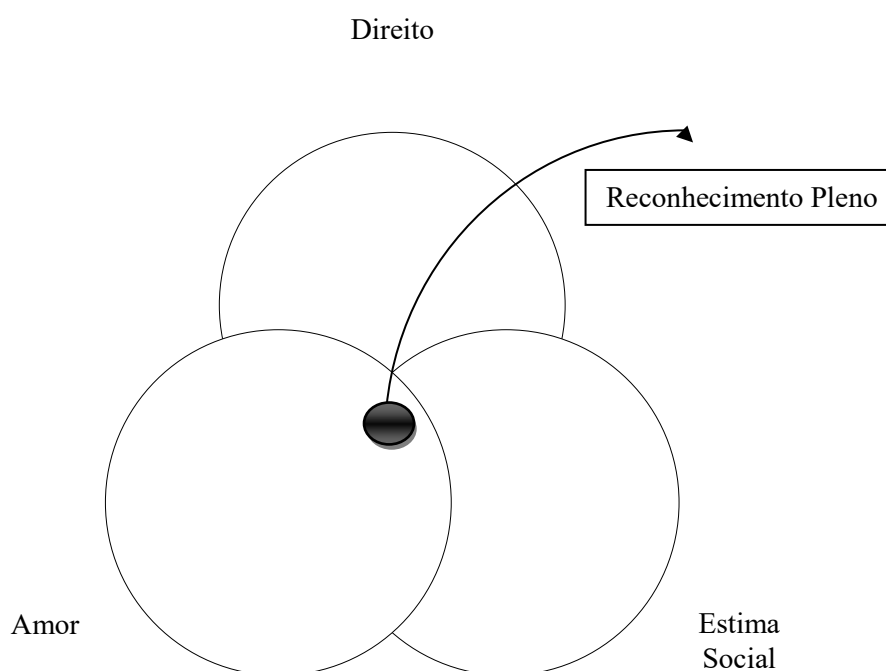
Se a linguagem atribui sentido, os significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação. Portanto, mesmo em diferentes instâncias de valores simbólicos, a linguagem é indispensável para os processos de representação pelos quais é produzido o significado.

À luz das argumentações trazidas, não se pode conceber a identidade como algo dissociado da exigência da representação. Segundo Hall (1997), através do que fazemos, usamos, falamos, meditamos e sentimos – como representamos – é que damos significado

ao mundo. Meditar sobre essa relação equivale a encontrar uma via de saída da conflitualidade sociocultural que caracteriza nosso tempo.

O reconhecimento do significado faz parte do senso da nossa própria identidade através da sensação de pertencimento. A interpretação em determinadas épocas históricas e como esse conhecimento é produzido pelos mais variados discursos incide sobre a formação e a construção identitárias.

Figura 3 – As três esferas do reconhecimento



Fonte: Elaborada pela autora

Por sua orientação intersubjetiva, esse pluralismo palpitante acaba por fornecer vestígios de conflito nos processos de interação social. Como consequência, a identidade é afetada de forma negativa por diferentes situações de desrespeito. Mas, por ser cíclica, as bagagens de desrespeito integram a base motivacional da luta social que coopera significativamente com a autorrealização individual e coletiva.

Uma abordagem interdisciplinar assim é necessária em um conto que sustenta tantos conflitos sociais como “*O amor em Lobito Bay*”. A guerra de independência angolana coloca na pauta do dia a luta pela dignidade humana, pela integridade física e

pelo reconhecimento do valor das diversas culturas e modos de vida. Nesse sentido, a intenção aqui é contribuir para a construção das etapas do reconhecimento e da identidade.

3 “O AMOR EM LOBITO BAY”: A FICÇÃO COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA TEORIA HONNETHIANA

O problema da representação e dos fatores reais de poder pode ser percebido no conto de Lídia Jorge pelos conflitos gerados entre libertadores e população angolana, e entre libertadores *versus* libertadores. Nesse sentido, é pertinente a obra de Charles Taylor, com a noção de que a identidade é moldada pelo binômio identidade-reconhecimento.

(...) a identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutor (TAYLOR, 2000, p.141).

Fica claro o quanto é crucial o papel que as relações dialógicas desempenham no processo da identidade quer individual, quer de um grupo. A visão tayloriana da identidade a partir do não reconhecimento ou do reconhecimento errôneo, demonstra uma forma de violência também vislumbrada em Honneth – a opressão e o desrespeito.

As três etapas propostas por Honneth para adquirir o reconhecimento – amor, direito e reconhecimento – não são estanques e nem requisitos uma para a outra. Podem ocorrer de forma desordenada e, até mesmo, concomitante.

Haveria, pois, uma relação entre expectativas e frustrações, percurso no qual qualquer ruptura seria capaz de exteriorizar como as experiências de desrespeito podem ser tão produtivas. Afinal de contas, é desse conflito que surge o desenvolvimento social e a integridade moral, substratos que a história converte em reivindicações concretas de seus movimentos sociais e a literatura converte em arte.

Em “*O amor em Lobito Bay*”, a ficção se utiliza do momento histórico de recusa da política salazarista em conceder independência às suas colônias africanas, iniciando, conseqüentemente, a guerra de libertação em Angola.

O conto ilustra um momento de transição que envolve rupturas e continuidades nas formas de significar, interpretar e organizar o mundo social, bem como nos arranjos quanto à distribuição e legitimação do poder.

Para Hall (1997), dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa através da linguagem é representar. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido entre os membros de uma comunidade. Ou, em linhas gerais, representar é produzir significado através da linguagem.

A contradição entre *independência x subordinação* é também decorrente do conflito que está na base do reconhecimento da alteridade. É a partir da experiência dos paradoxos que o *eu* é constituído e o sujeito aprende a lidar com eles.

O conto aqui escolhido oferece um ou mais tipos de relações paradigmáticas do sentimento de pertença. Cabe ao leitor identificar as lutas de salvação que vão além do toque factual, revestindo-se da busca pelo rito de passagem para a plena realização.

Sob essa ótica, o conceito de representações socialmente construídas, para as personagens e para os movimentos de libertação envolvidos, só adquire sentido enquanto aspectos de um mesmo conjunto de representações institucionais, que podem estar imbricadas com outras representações relativas ao Estado e à sociedade.

As representações não fazem sentido se estiverem isoladas das relações de cooperação e conflito que ocorrem no interior e no exterior de cada grupo. Além disso, a sua força normativa se torna em guia para orientar ações coletivas e em fonte identitária geradora de projetos paralelos de estruturação do mundo social.

Lídia Jorge faz uso de um tratado produtor de representações para estabelecer os parâmetros da tradição silenciados pelo jugo colonial. O marco da literatura é realizar essa ressignificação e esse afrontamento, os quais constituem em elo decisivo para as três esferas propagadoras do reconhecimento e fundadores da identidade.

O resgate da luta social por Lídia Jorge traz à tona um sentimento de resistência, recriadora dos discursos definidores da trajetória da construção da identidade nacional. Nesse sentido, a sua produção literária, através dos códigos estabelecidos na ficção, denunciam o universo opressivo que trazem à superfície as mazelas deixadas pela colonização.

Assim, o medo do esquecimento e o perigo pelo qual as sociedades passam com a instabilidade dos tempos encontram na literatura um ponto de amparo que oferece segurança para que a memória não seja encolhida ou acelerada no tempo-espço, mas caminhe junto na composição da identidade dos indivíduos.

Pois como, se eles nem sequer podiam impedir que, no nosso próprio coração, coabitassem à mesma hora a esperança mais pura e a brutalidade mais bárbara? Quiseram, mas não conseguiram. Assim como não puderam

evitar a viagem pela Costa Ocidental de África até Luanda, sem nada de nosso entre as mãos. Não puderam evitar da História o que é da História, nem da espécie o que é da espécie. Mas a verdade é que também não puderam evitar a imagem fundadora da minha vida, disse o professor. Aquela que eu imagino que tenha acontecido ao longo de uma noite em que uma família inteira se coligou para evitar que o segundo filho mais novo, o segundo irmão menor, pegasse num cutelo e matasse por seu próprio punho o corpo de uma andorinha. Quantos homens, condenados a morrer no futuro às mãos de quem iria iniciar-se no crime de sangue, não terão sido poupados a partir dessa noite de armistício, acontecida em Lobito Bay? Toda a minha família reunida, impedindo-o, enquanto eu dormia a sono solto, embalado por sonhos de vitória, no meu quarto.

Sim, sinto culpa, disse o professor. Só onde não há amor não há culpa. Disse ele ainda, e nós levantámo-nos e saímos mudos, por instantes. Havíamos-lo convidado para que só nos falasse da beleza, mas o professor tinha-nos trocados as voltas, e agora íamos na direção do terraço e não sabíamos quem éramos. (LÍDIA, 2016, p.13).

As representações ligam o sujeito a um objeto. No conto, objeto dessa pesquisa, o narrador reconhece que o discurso defrontado faz parte de uma trama histórica, dramática, emergente no imaginário da comunidade.

A visão desse paradigma, não conciliado nas relações de solidariedade, conduz a nação a um processo de silenciamento assustador, pois a sua história vai sendo, paulatinamente, negada ao invés de reafirmada para a construção e preservação da sua identidade.

Portanto, o liame subjetivo entre história e ficção descreve a essência de um discurso literário que surge “de situações conflituais em processo de autonomização (política, cultural, social)” (MATA, 2001, p. 223).

Percebe-se, então, nos escritores de meados do século XX e da contemporaneidade, uma tendência para a desconstrução dos mitos fundacionais, abordando as perplexidades e as controvérsias que a idealização de um povo traz para o imaginário do discurso histórico.

Desse modo, podemos afirmar que a ficção literária não tem a pretensão de ser o oposto da realidade, mas uma alternativa para que a realidade não receba tratamento limitado e seja reduzida de forma irresponsável. A redução quando abusiva implica em empobrecimento da narrativa.

A literatura passa então a fornecer uma versão ressignificada da história pelos olhos do observador atento. Para Sevcenko (2003):

A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se

concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos (2003, pg. 30).

Caminhando no sentido da verossimilhança, a ficção eleva ao infinito as possibilidades de enredo. Não há a negação do pressuposto fático, ao contrário, mas sim a procura por uma moral mais harmônica.

Assim, há a possibilidade de análise do passado, por meio da representação dos personagens não ajustados socialmente. A narrativa cria o ambiente propício para que a luta por reconhecimento possa vir a acontecer, transformando a si e ao outro em realizadores da sua própria história ao permitir a superação da história dos vencedores.

Na esteira das lutas de descolonização e do enfretamento do autoritarismo, somente a experiência de participação, como a literária, possibilita a reconstrução de uma identidade coletiva forte e viva, capaz de dar sentido ao desrespeito e alienação individuais, por meio da crítica ao solene, potencializando a resistência da luta contra a dominação e a injustiça, em busca de uma sociedade verdadeiramente fundamentada e sem distorções.

Assim, as identidades podem se transformar e dialogar entre si, visto que, para Stuart Hall (2001), elas se transformam no interior da representação, que, por sua vez, é transpassada por diversas vozes e discursos.

Como resultado, o narrador de Lídia Jorge, no choque dessas interações globais, utiliza-se, muitas vezes, da articulação da memória e da associação com o reconhecimento do direito das minorias que foram marginalizadas pelo discurso hegemônico.

Ao modo do narrador pós-moderno sublinhado por Silviano Santiago (2002), existe um cuidado em revelar as contradições internas e sociais, podendo ser vistas como uma imputação dialética à problematização do universo de hostilidades e disputas, potencializadoras da luta social do homem.

A destreza do conto reside na possibilidade de ter algo a dizer. A atividade fundadora da narração de “Lobito Bay”, consome-se com os personagens sem saber mais quem são (JORGE, 2016, p. 13). Por isso, o mérito da escrita de Lídia Jorge, e um dos traços marcantes de sua ficção é, justamente, “a abertura para pontos de vista não descentrados e não hegemônicos, que assinalem a diferença” (LIMA, 2005, p. 61).

Só há indício e possibilidade de existência com a permissão de outrem. Nesse sentido, podemos compreender a insistência do conto em trazer o passado para o presente e confrontá-los, na medida em que determinados elementos ideológicos se apoiam em um grande fenômeno cultural e político, tendo uma função primordial nas transformações das experiências e nos transportando para além daquilo que se transmite à geração seguinte, seja a herança da modernidade ou do colonialismo.

Adorno (2003), aponta que “o que se desintegrou foi a identidade da experiência, a vida articulada e em si mesma contínua, pois só a postura do narrador permite” (p. 56). Sobre a posição ideológica na narração, cita ainda:

Antes de qualquer mensagem de conteúdo ideológico já é ideológica a própria pretensão do narrador, como se o curso do mundo ainda fosse essencialmente um processo de individuação, como se o indivíduo, com suas emoções e sentimentos, ainda fosse capaz de se aproximar da fatalidade, como se em seu íntimo ainda pudesse alcançar algo por si mesmo. (ADORNO, 2003, p. 56-57).

Levando-se em consideração os conflitos gerados entre as relações de reconhecimento e a dificuldade de se estabelecer limites entre realidade e ficção, o enredo do conto ilustra a essência do drama social, como se vê na caracterização dos personagens e nas ações motivadas pelos sentimentos, que envolvem ansiedade, inquietação, rebeldia e fuga. Tais imbricações podem ser apenas descritas pelo narrador, que se põe a explorar os fatos sem a pretensão de fazê-los únicos, mas com o objetivo de trazer à tona o que está encoberto no drama da memória.

Assim, toda a apreensão da realidade se dá através da ideologia, pois partem da linguagem e são relativizadas pela cultura.

Lídia Jorge, conforme percebo em Candido (2010), descobre as camadas da degradação do reconhecimento, partindo do raso para o drama interno das personagens e também para a estrutura estética da narrativa. Da mesma forma, em Adorno (2003), é possível observar a utilização de diversas figuras de linguagem, como a ironia, para falar do estranhamento advindo dos libertadores que caçavam uns aos outros, apesar de desejarem a mesma coisa. O conto explicita a violência imposta da seguinte maneira:

O som dos tiros encheu Lobito Bay de alegria e de pólvora, e todos viemos para a rua conhecer o rosto dos libertadores. Era a mudança. Tanto tempo à espera sem os vermos, e agora eles ali estavam, os seus rostos reais,

capazes de nos darem não sabíamos bem o quê, nem como se cumpriria a sua promessa, só sabíamos que eram capazes. Tanta força, tantos tiros. Nós, rapazes, em vez de correremos pelo baldio, corremos pela estrada, atrás dos carros e dos tiros. Os carros levavam consigo, voando junto às espingardas, as insígnias do MPLA. (...) Agora era a festa daqueles que traziam as insígnias da FNLA. E nós também fomos para a rua para ver o que se passava, mas rapidamente recolhemos a casa. Pois aqueles que tinham feito a primeira festa atiravam contra os que faziam a segunda festa, e dentro das casas de telhado de colmo, dos telhados de zinco, nas casas dos telhados de barro, sobretudo nas que tinham duas colunatas segurando os pangaiais sob os quais se dormia a sesta, sentiu-se o perigo da divisão e do desentendimento (JORGE, 2016, p.11-12).

Difícil é estabelecer limites entre realidade e ficção. Para isso a ironia estabelece ligações entre realidade e literatura. Ainda que os conceitos culturais imprimam um teor ideológico, as escolhas linguísticas objetivam realizar a experiência alheia captando o estranhamento advindo dessas relações de alienação que se metamorfoseiam em meio estético (ADORNO, 2003, p. 53).

Axel Honneth ressalta que a ideologia que orienta a luta por autoconservação está ultrapassada. O centro gravitacional dos conflitos sociais está na seara interpessoal, que se condensam sempre em uma luta por reconhecimento.

Dentro da lógica do reconhecimento, a identidade individual é construída, precisamente, em seu contexto. Os fatos históricos comumente narrados por uma perspectiva dominante consolidaram essa ideia da necessidade de autoconservação individual. Indivíduos se entrelaçam com seu tempo, cultura e comunidade.

A conjuntura apresentada em “Lobito Bay” é uma conjuntura de crise. E não me refiro somente à crise que segregou, oprimiu e subjugou na guerra armada, mas pelo projeto emancipatório de respeito e solidariedade que nunca chegou.

Ora, vivemos um tempo onde os indivíduos não conseguem resignificar as tensões devido ao esvaziamento afetivo gerado pela lógica dominante e opressora do sistema.

Nesse sentido, o narrador tem a possibilidade, para Santiago (2002), de transmitir e informar um olhar além da sua experiência de vida, como participante e como observador das ações que relata:

A coisa narrada é mergulhada na vida do narrador e dali retirada; [...] é vista com objetividade pelo narrador, embora este confesse tê-la extraído da sua vivência; [...] existe como puro em si, ela é informação, exterior à vida do narrador (SANTIAGO, 2002, p.40).

Por conseguinte, a narração pós-moderna acontece no movimento de distanciamento das ações pelo sujeito. Segundo o pensamento de Bakhtin (1997), o sujeito não é um organismo biológico abstrato. Ele nasce dentro de contexto social, temporal, espacial que é determinante para o seu real conteúdo de criação.

Dessa forma, a luta social por reconhecimento é construída discursivamente, por meio de uma dialética sociocultural. Na mesma linha, Stuart Hall argumenta sobre fluidez da identidade nacional, não sendo algo inerente do homem, mas formada por símbolos e representações culturais do discurso.

Nesses termos, construir a identidade é construir um sentimento de pertença, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2001, p. 51).

Identidade, portanto, está intimamente ligada à alteridade. Percebe-se em “Lobito Bay” que um dos fatores mais interessantes no conto é a forma com a qual o contato com o outro enfatiza a problemática da fragilidade das relações pessoais e como isso afeta as formas de agir das personagens ao longo da narrativa.

Nós, os rapazes, ainda nos encontramos e preparávamo-nos para voltar a correr, mas não passaria uma semana sem que os próprios corredores do baldio não se desentendessem. De súbito os rostos, todos os rostos, mesmo os das crianças, tinham-se tornado suspeitos. Sem que nada tivesse acontecido entre nós, ficámos inimigos, disse o professor (JORGE, 2016, p. 11).

O *déficit* na estima social é resultado desse processo de precariedade no reconhecimento nas sociedades capitalistas, na qual a ocupação dos indivíduos é decisiva para observar regras e convenções do próprio sistema.

A relatividade na negociação das identidades se transforma, no conto, em item de sobrevivência até mesmo após o armistício. O narrador, então, traz para o centro da narrativa essas tensões decorrentes da relativização da capacidade comunicativa e a opressão imposta pelas várias formas de poder.

Existe na composição dos personagens uma abertura para mudanças estruturais ao resistirem ao espaço discricionário da libertação. A reflexão parte da necessidade que os indivíduos têm de se tornarem visíveis no processo interativo, não só no sentido de serem notados, mas no sentido de serem respeitados. É uma visibilidade de valoração moral.

A razão disso é o fato de a visibilidade ser indispensável ao reconhecimento. Perceber o sujeito como invisível é desprovê-lo de autoestima, de autorrespeito e de amor próprio. No entanto, Honneth ressalta que vencer esse quadro de desrespeito e se fazer contemplado cabe ao próprio invisível.

Em “Lobito Bay” a infância é suprimida pelos tiros, mas a experiência compartilhada da violência inevitável, quer por situações de não-reconhecimento, quer pela decisão interiorvdo que fazer com sua própria violência, possibilita aos sujeitos desrespeitados identificarem o que representa a mudança indispensável para a luta pelo reconhecimento.

O brilhantismo de Lídia Jorge reside no fato de mostrar sob uma ótica perturbadora, que a história da luta de independência contra o colonialismo se transforma em guerra civil. Assim sendo, os movimentos de libertação lutavam entre si e ao mesmo tempo contra as forças portuguesas. Ora, numa leitura metafórica do conto em análise, podemos notar que os supostos libertadores não deixam brechas para que outras pessoas imponham suas vontades, razão pela qual a construção de uma identidade nacional se dá pela supressão naturalizada da visibilidade dos habitantes de Angola.

Silva (2000) analisa que:

(...) a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. (...) A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2009, p.81).

Dessas disputas e desrespeitos advém todo potencial de conscientização do valor moral ou social de si próprio – sujeito fundamental e implicado em um movimento histórico.

Hall sugere que as próprias culturas nacionais compõem um “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (2001, p. 62). As identidades representadas em Lídia Jorge são identidades em transição, com diferentes pontos de partida. O dilema de “Lobito Bay” é ter, justamente, que escolher entre preservar a rotina ou assimilar-se totalmente dentro de uma nova estrutura de poder.

O extrato dessa narrativa é exemplar ao colocar em discussão a teoria do reconhecimento, demonstrando como esse sofrimento na escolha é capaz desencadear lutas internas em face de situações agudas de injustiça.

Por outro lado, as condições mínimas necessárias para a proteção dos membros de um grupo estão em autorrelações práticas saudáveis – não é socialização, é autonomia. O bem-estar físico e psicológico é um princípio elementar do reconhecimento. Toda desigualdade influencia na construção de sujeitos fragmentados, que não conseguem se reconhecer como sujeito de direitos.

Para a construção de uma sociedade igualitária, é necessária uma reconstrução da imagem da intervenção estatal, que deve ser um instrumento de efetivação das garantias fundamentais previstas e protegidas no ordenamento jurídico com a finalidade de estruturar a ordem institucional.

Nessa perspectiva, vale a pena ressaltar a concepção de Bankowski (2007), para quem o amor exerce um papel transformador no universo das leis. O autor identifica no amor a possibilidade de as normas não serem executadas como movimentos de sanção, mas um ato baseado na identificação de um ser humano com as necessidades concretas do outro.

Assim, reside a verdadeira estima social que só se sustenta se, de tempos em tempos, a sociedade sofrer contínuas explosões de atos de amor que colocam em xeque a validade do sistema. Por fim, para esse autor, a comunidade não se constitui de indivíduos autônomos, mas de pessoas vulneráveis e carentes de amor e respeito.

Ora, os libertadores de “Lobito Bay” são capazes de considerar o sujeito flagelado que necessita de abandonar sua terra como alguém que carece de ajuda? E, acima de tudo, os próprios personagens conseguem se ver como carentes da ajuda alheia na construção de todo o aparato institucional da independente Angola?

Em “*O amor em Lobito Bay*”, os sujeitos têm a sua identidade fragmentada a todo momento, sendo impossível conquistar estima social, pois em todas as circunstâncias lhes são negadas as condições objetivas para se sentirem dignos de consideração e respeito.

O sujeito carente não se reconhece como parte do aparelho institucional criado pelo Estado e pela sociedade civil. Ainda assim, no conto existe uma história de amor, em sua acepção ampla, que permeia a experiência da fragilidade da vida. A mãe que salvou o coração da andorinha, caída aos pés do filho, não consegue evitar que ele assista à luta armada entre os libertadores de partidos diferentes.

No campo do amor, a perturbação do mundo aguça a dimensão afetiva dos laços pessoais desenvolvidos, gerando uma dependência emocional que expõe os riscos da fragilidade sentimental entre segurança e incerteza.

Ainda que pareça ingênuo tratar de uma teoria do comportamento humano, não se pode ser mais tolo ainda para pensar que as instituições são mecânicas. O ser humano é o grande responsável pelo seu desempenho. Nesse sentido, de acordo com Honneth, cada etapa do reconhecimento frustrada parte de um horizonte de valores que não são coletivamente apreciados, corresponde a uma perda na relação prática que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com o seu redor.

Esse sentimento de perda de valor próprio traz um problema moral, fundamento ético para se fundamentar a ideia de emancipação e luta por reconhecimento, projeto de renovação mais apto a compreender as tramas relacionais por meio das quais a sociedade se repensa e se transforma.

As representações, a identidade e a luta por reconhecimento podem ser entendidas como um sistema, em que se articulam um polo central estável, formado por elementos culturais, históricos e ideológicos; e um núcleo marginal que promove a adaptação do núcleo central às condições espaciais. Essa relação é, em parte, determinada pela estrutura social e, de outra parte, resultante de uma atividade autônoma de construção do objeto pelo sujeito. Isto não significa que o meio seja determinante da configuração de uma identidade, mas sim que ele é uma forte circunstância para que qualquer identidade se constitua.

3.1 O AMOR

“*O amor em Lobito Bay*” apresenta casos paradigmáticos de reconhecimento recíproco através do padrão relacional do amor. É possível observar em Lídia Jorge, a utilização desses padrões relacionais como pano de fundo normativo para o descobrimento de reconhecimento negado. O conto apresenta, pelo menos, três grandes vínculos afetivos: o menino e o grupo de corredores, o menino e a sua família, o menino e o professor.

Honneth considera que o amor e o cuidado são relações que permitem aos envolvidos se reencontrar no “ser com o outro”. Cidadãos respeitam-se reciprocamente como portadores de bilateralidade atributiva (deveres/direitos) dentro de um sistema

legal, o qual se funda no reconhecimento mútuo, em ligações de cooperação que visam a consecução da promoção do bem comum.

Em cada um desses casos, o reconhecimento assume uma qualidade especial, como identificação com o objeto amado, como respeito recíproco de concidadãos e como valorização recíproca de realizações funcionais, úteis para o bem comum. Apenas nessa solidariedade realizam-se circunstâncias de vida “morais”, as quais abrem para todos os indivíduos, igualmente, o espaço para uma vida não fracassada.

Segundo Honneth (2009, pág. 78), o amor compõe a primeira esfera do reconhecimento e é elemento fundamental para que o sujeito se reconheça e se sinta aprovado. A acepção do termo “amor” pelo filósofo é abrangente e aborda tanto as relações afetivas entre pais e filhos, amigos, parceiros, dentre outros. São todas as ligações emotivas fortes (HONNETH, 2009, p. 159).

É a experiência de uma etapa bem-sucedida de tomada de consciência da autonomia do ser que funciona, para Honneth (2009), como a medida de autoconfiança necessária para a participação na vida pública. A luta travada pela criança e o consequente processo de tomada de consciência da autonomia é, entretanto, somente a primeira etapa de formação da identidade humana. Como essa forma de obtenção da autorrelação prática é parcial e se dá ainda no berço, ela precede geneticamente as outras formas de luta por reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 177).

A esfera do amor permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de autorrealização, o que, posteriormente, lhe permitirá que tenha autoconfiança para agir e participar da formação política da vontade no seio da sociedade institucionalizada, embora o amor para isso constitua ainda somente uma fase primária.

As ligações amorosas no conto de Lídia Jorge ilustram que, mesmo quando existem condições estáveis, a luta social manifesta o seu alcance. A relação de obediência com o professor, a impotência e o apego do garoto perante a família e os corredores que se transformam em fugitivos, indicam a sensibilidade da teoria social que, muitas vezes, tem o seu reconhecimento negado.

À medida que a resistência aos conflitos sociais cresce, a marginalização aumenta silenciosamente e a degradação moral aguça as patologias, cujas raízes se estendem a patamares da integridade lesada de grupos e indivíduos.

O amor de si mesmo e a autoconfiança, possibilitados pela experiência do amor do outro e da confiança no amor do outro, formam uma base concreta emotiva para a

defesa e reivindicação de direitos, na rede do reconhecimento jurídico, bem como as condições pessoais para a participação no plano da rede de solidariedade e da estima social.

A forma de reconhecimento no caso do menino e da família apresenta uma configuração de relação primária de atração e de reciprocidade. As relações primárias afetivas, especialmente com a mãe, são marcadas pela tensão entre a autonomia e a dependência. Com isso, começa a se formar no menino, por intermédio de pedidos que ora a mãe atende, ora não, a percepção de que se encontra numa condição de dependência, a qual será sucedida, basicamente, pelo processo de reconhecimento de diferenciação de subjetividades.

Temos em vista, portanto, o estabelecimento de um equilíbrio entre a autonomia e a dependência, configurando o que Hegel denomina “ser-si-mesmo-em-outro”. Em outras palavras, falamos do processo de reconhecimento recíproco no qual mãe e filho aprendem a reconhecer a si próprios como seres individuados, autônomos e possuidores de direitos, ainda que mutuamente dependentes (TROVO, p.19).

Assim, uma vez desenvolvida a confiança no seio familiar, o garoto passa a estar preparado para buscar a satisfação de seus anseios na sociedade. De tal modo, o amor constitui-se como uma esfera bastante peculiar de relação intersubjetiva, na qual se forma a estrutura comunicativa que acompanhará o sujeito nas demais relações sociais. Em suma, o processo bem-sucedido de reconhecimento recíproco entre mãe e filho possibilita o desenvolvimento de autoconfiança, primeira etapa da constituição da autorrelação prática do sujeito consigo mesmo e pressuposto psíquico da formação do autorrespeito e da autoestima.

Entre o garoto e o grupo de corredores é perceptível a forma de aprovação e encorajamento emocional, simbolizados pelo professor, que era o grande referencial da turma, com quem todos queriam aprender e que ensinava as técnicas e vocabulários atléticos para ganhar muita velocidade e se sentirem mais orgulhosos.

Essa primeira etapa do reconhecimento recíproco entre o grupo, possibilita que os sujeitos, efetivamente, confirmem-se mutuamente na qualidade concreta das suas angústias e insuficiências, reconhecendo-se como seres carentes. Segundo Honneth,

Além disso, visto que carências e afetos só podem de certo modo receber “confirmações” porque são diretamente satisfeitos ou correspondidos, o próprio reconhecimento deve possuir aqui o caráter de assentimento e encorajamento afetivo; nesse sentido, essa relação de reconhecimento está ligada de maneira necessária à existência corporal dos outros concretos, os quais demonstram entre si sentimentos de estima especial. A chave para transferir esse tema a um contexto de pesquisa determinado pelas ciências particulares é representado então por aquela formulação de Hegel segundo a qual o amor tem de ser concebido como um “ser-si-mesmo em um outro”; pois, com isso, é dito das relações primárias efetivas que elas dependem de um equilíbrio precário entre autonomia e ligação, o qual constitui o interesse diretivo pela determinação das causas de desvios patológicos na teoria psicanalítica das relações de objeto (HONNETH, 2009, p.160).

Já com o professor ocorre um imanente particularismo, também confinado às relações sociais primárias, como familiares, amigos e parceiros. A ligação afetiva entre os dois é um processo no qual o sucesso depende da preservação de tensão recíproca entre o doutrinamento e a autoafirmação individual.

Nesse caminho, os relacionamentos experimentados pelo menino só têm importância na medida em que se apresentam como objetos de investimentos emocionais que resultavam do conflito de demandas inconscientes (HONNET, 2009, p. 161).

Desse modo, a quebra nesse desenvolvimento com o outro, na medida em que as forças da FNLA e MPLA invadem a narrativa, acarreta em um primeiro tipo de desrespeito em que o sujeito se torna incapaz de aplicar a sua autoconfiança: a violação da integridade física.

Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático em outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (HONNETH, 2003, p. 215).

Os maus-tratos são posicionados contra a primeira esfera de reconhecimento, porque a prática da violência corporal tira do outro a sua autonomia de usar, fruir e dispor do seu próprio corpo livremente. É um rebaixamento pessoal. Usar o corpo de outro sem o seu consentimento é uma forte marca de opressão. Ferir o corpo de alguém é transpassar a dor física, marcar a humilhação e atingir a sanidade psíquica, pois envolve a sensação de vulnerabilidade, estar submetido à vontade de outrem ao ponto de poder perder seus referenciais.

O que isso significa, no entanto, é um convite para compreender uma luta cujo verdadeiro objetivo é o reconhecimento, mas que não se esgota nele. Afinal de contas, uma relação entre dominadores/dominados é, sem dúvida, um fiasco em termos de reconhecimento recíproco. O dominador não reconhece o outro como um outro igualmente independente e o dominado se torna um objeto, mero instrumento de disputa política.

A teoria honnethiana permite que “quando dois indivíduos se veem confirmados em sua autonomia por seu respectivo defronte, eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individuado” (HONNETH, 2009, p. 119-120). A maneira como os personagens se inserem em direção à construção de uma sociedade democrática, ou pelo menos, livre da ingerência da metrópole portuguesa, permite que seja vislumbrado que nos conflitos sociais, como visto na guerra civil angolana, libertadores e cidadãos não busquem exclusivamente a autopreservação ou a concentração de poder, mas, sim, um reconhecimento de sua individualidade.

Se existem diversas formas de reconhecimento recíproco, observa-se que eles se distinguem uns dos outros de acordo com a autonomia possibilitada ao sujeito em cada caso. Em “Lobito Bay”, a Luta Armada de Libertação Nacional restringiu em absoluto as liberdades da população, ao passo que ao cidadão comum restava assistir aos seus familiares morrerem ou ficarem mutilados sem qualquer poder de reação.

Mesmo a luta entre colônia e metrópole é uma luta em que Angola tenta fazer com que Portugal reconheça suas pretensões a uma identidade. Honneth é assertivo ao afirmar que toda a luta por reconhecimento começa a partir da experiência e da raiz do desrespeito, pois é nele que se concentra uma poderosa fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos.

Ao atingir a integridade moral dos sujeitos que vivenciam tais experiências, novas lutas acontecem visando restaurar a integridade moral dos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, apenas um processo bem-acabado de autoconfiança permite delimitar adequadamente o outro (HONNETH, 2009, p.175), pois a dialética do reconhecimento em suas outras esferas depende sobremaneira da capacidade de relação amorosa.

3.2 O DIREITO

Segundo Honneth, o direito começa a ter seus preceitos geridos na primeira etapa: o amor. O reconhecimento jurídico necessita da base da autoconfiança, uma vez em que apenas aquele que apresenta uma estrutura emocional mínima, é capaz de exigir a assistência social necessária para persecução de seus objetivos.

A minha mãe a querer impedir que fôssemos testemunhas do que víamos. Mas a minha mãe não podia impedir até ao fim da vida que a violência viesse a ter conosco. Não podia. Nós vimos matar um homem bem à nossa frente e ela não podia impedir que víssemos o olhar de terror do libertador que ia morrer, que víssemos o seu corpo estostrar, saltar e depois cair para a frente. Ela não podia impedir que víssemos como as costas do libertar, que atirava sobre aquele que ia morrer, se levantavam, como tomavam a posição de quem vai dançar para atirar cinco tiros sobre o peito do libertador que estava na sua frente. Não podia evitar. Nem ela nem o meu pai podiam evitar que, da beleza em Lobito Bay, ao mesmo tempo, se desprendessem o mal e o bem (JORGE, 2016, p.13).

No conto “*O amor em Lobito Bay*”, o menino percebe a si mesmo como um ser portador de direitos e deveres quando reconhece a autonomia daqueles com que se relaciona, aos quais também cabem uma gama de itens juridicamente assegurados.

Todavia, a estrutura do reconhecimento jurídico difere do amor por se inserir no eixo dos processos históricos. A efetividade da esfera jurídica não é dada por normas gerais e abstratas, mas pelos mais diversos tipos de relações interdisciplinares que conduzem as transformações ocorridas na sociedade.

A profundidade e extensão que o Direito alcança ao regular as relações de família, de emprego, eleitorais e outras demonstra a importância deste instrumento para a condução de um processo pacífico de integração social. Como já observado, a regulação jurídica, agora, contém uma finalidade ética, a qual prescreve que os indivíduos devem vislumbrar na instituição do Direito e, conseqüentemente, nas instituições reguladas por ele, um espaço de emancipação individual e não meramente um catálogo de regras que lhes possa garantir segurança e previsibilidade. É através da concepção formal de vida ética de Honneth que se torna possível repensar o fundamento institucional do Direito particularmente, de sorte que seu sistema de direitos e deveres garanta um ambiente emancipatório livre de relações de dominação cultural, sexual, racial, econômica etc. (FILHO; FERES, 2013, p.11).

Então, o direito é determinado por um conjunto de valores socialmente pactuados, o qual define um grau pessoal de estima. Trata-se, portanto, de uma estrutura jurídica baseada nos papéis sociais assumidos pelos indivíduos.

Se o sistema jurídico expressa a maneira como nos portamos perante a comunidade, a negação ou concessão desses direitos tem um papel decisivo em relação ao próprio *status* dentro da sociedade (HONNETH, 2009, p. 252).

De acordo com o autor, o autorrespeito é a forma de expressão possibilitada pelo direito, porque permite que o indivíduo tenha uma ação concreta frente aos parceiros de interação (2009, p.197), ou seja, o reconhecimento jurídico faz com que a ação do sujeito seja perceptível como legítima pelos demais.

Essa legitimidade na ação não é algo que depende da anuência do meio social, antes se caracteriza pela autonomia. O autorrespeito faz com que o sujeito se veja como participante da construção do ordenamento jurídico, sobrepondo a sua mera liberalidade em obediência às regras.

Não tardou para que entrássemos num barco de fugitivos sem nada de nosso que não fosse as roupas que trazíamos no corpo. Tomámos assento num barco que partia do porto, ainda sem destino seguro, quando os dois grupos já se dizimavam pelas ruas, arrastando cada qual atrás de si gente que até então vivera lado a lado (JORGE, 2016, p.11).

Uma vez violado o reconhecimento dessa segunda esfera, ocorre a desconsideração moral. Esse tipo de desrespeito se consolida por via das lutas sociais históricas. Em “Lobito Bay”, as forças de libertação entram em conflito por negarem, uma a outra, esse padrão de reconhecimento intersubjetivo. Assim, o desrespeito pode tornar-se impulso motivacional para lutas sociais.

Nesse sentido, a construção teórica do direito encontra no conto de Lídia Jorge duas grandes personificações, quais sejam, os libertadores do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) em disputa e a intervenção perturbadora desse combate na população.

Através da literatura, Angola se transforma em palco do surgimento de um discurso identitário que se tornaria a principal base da identidade nacional que se construiu a partir da descolonização. Esses movimentos de independência foram responsáveis pela definição e pela difusão do discurso de identidade nacional angolano.

É importante esclarecer que ao comparar o colonialismo português com outras experiências coloniais em África, o grande problema de Angola era o pouco progresso e o fraco desenvolvimento civilizacional promovido por Portugal e não exatamente o sistema colonial. Ou seja, a luta por independência não questionava o colonialismo em si, mas a capacidade portuguesa de fazer um sistema que fosse produtivo.

Portanto, analisar o posicionamento das personagens face ao colonialismo a partir do caso angolano é uma questão que envolve polémicas em relação à identidade nacional, já que surgem elementos que não se adequam à memória oficial construída pelo MPLA. Certamente, ao construir a identidade de uma nação de libertadores e de resistentes, as instituições angolanas independentes suprimiram diversos aspectos importantes de sua história, especialmente, em relação àqueles indivíduos que ficaram à margem das lutas de libertação nacional. Fica clara, portanto, a relação intrínseca estabelecida entre o discurso oficial, a construção da identidade e a luta por reconhecimento inflamada.

Após a conquista da independência, esperava-se a implementação de um Estado democrático de direito, fundado na igualdade jurídica e na solidariedade de seus membros, mas isso nunca aconteceu.

A repercussão afetiva e legal que esses discursos, que nunca se concretizaram, têm para a população é parte integrante na compreensão da construção da nação em termos de desconfianças, necessidades e interesses das pessoas comuns. Uma vez que o fenómeno da descolonização tenha atingido todas as instâncias e instituições, para a população angolana a única memória factível foi dos ataques desferidos pela FNLA contra o MPLA e de ambos os grupos contra a população.

O sentimento de insegurança generalizado desponta em formas opressoras e ilegítimas de poder porque, sem legitimidade que a justifique, a sociedade resta afônica e apenas se encontram ecos no próprio desrespeito injusto do sistema normativo internacional para justificar a mudança do poder de mãos.

Honneth assinala que os desrespeitos sofridos pelos indivíduos sociais e o sentimento de injustiça podem, inclusive, deixar marcas psíquicas, capazes de progredir e se tornarem patologias sociais com efeitos ainda mais graves.

A negação sistemática de direitos fundamentais para que a população angolana possa desempenhar plenamente seu papel de cidadã no mundo é efeito proposital para controle e rebaixamento moral desses sujeitos, levando-os a não se considerarem mais um povo digno.

Temos de procurar a segunda forma naquelas experiências de rebaixamento que afetam seu autorrespeito moral: isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. De início, podemos conceber como “direitos”, *grosso modo*, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (HONNETH, 2009, p. 216).

Nesse ponto, dá-se início a um movimento cíclico de ostracismo social, discriminação que ocorre quando o sujeito é excluído ou separado do seu grupo. A combinação de restrições de direitos daqueles afetados somada à falta de reconhecimento por parte dos seus parceiros de interação dentro de uma estrutura onde todos deveriam gozar das mesmas garantias, traz como consequência inevitável a perda do autorrespeito.

Assim, abrindo-se à luta por reconhecimento, no âmbito do direito, caminhamos para a estima. A passagem para a gradação dos valores humanos, se convertidos para fomentar impulsos positivos, podem incentivar disputas reivindicatórias, políticas ou não, que provocam a resistência (HONNETH, 2009, p.270).

Para Honneth, todas as formas de desrespeito e degradação impossibilitam a integral realização do indivíduo, ao impedir a promoção das suas competências. Mas, existe uma dualidade importante nesse fenômeno: “se, por um lado, o rebaixamento e a humilhação ameaçam identidades, por outro, constituem a própria base de lutas por reconhecimento” (MENDONÇA, 2007, p. 219).

No entanto, o que nos interessa reter desta divisão é a diferente estrutura de reconhecimento recíproco envolvida no direito. Isso se dá apenas na medida em que o indivíduo compreende as normas de forma cognitiva, superando a afetividade, e entende a importância dos princípios morais universalistas e sua utilidade na vida social.

Contudo, sobressai o direcionamento de que essas lutas por reconhecimento devem conseguir produzir resultados e, nesse campo dos direitos, inevitavelmente, estará voltada para instituições com algum tipo de poder para alterar ou manter o ordenamento jurídico vigente.

Portanto, o reconhecimento através das instituições jurídicas também pode ser perverso, no sentido de que os sujeitos podem concentrar seus esforços na manutenção e nos interesses de suas próprias identidades.

Outrossim, apesar de ficarem nítidas as possibilidades cruéis e corrompidas que se colocam no reconhecimento jurídico, a análise dos processos de lutas sociais e suas consequências se encontram em consonância com a crítica da realidade que se impõe. O direito pode ser sim instrumento de injustiças que enfraquecem a ação social, mas existe nele um potencial emancipatório real e avassalador se for devidamente aproveitado em cada comunidade. A motivação das lutas por reconhecimento, desse jeito, pode ser uma resposta satisfatória – e positiva – de concessão de mais igualdade e justiça, quando direito e sociedade caminham na mesma direção.

3.3 A SOLIDARIEDADE

Honneth não aceita uma teoria do reconhecimento que se concentre apenas em questões jurídicas e políticas. A redução a questões legais não é suficiente para entender a complexidade humanas. Não se trata de por duvidar da validade dos direitos individuais e coletivos, mas incluir elementos que descrevam as experiências de injustiças e desrespeito também no âmbito social.

Tanto no âmbito jurídico quanto no âmbito da estima social podemos dizer que o indivíduo é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas a propriedade do qual se fala no primeiro é universal e para o segundo trata-se de uma propriedade privada, isto é, aqueles valores particulares que cada indivíduo possui que pode despertar uma estima social. (HONNETH, 2003, p. 139).

Se na fase do direito o reconhecimento de suas qualidades pessoais é perdido em relação ao reconhecimento no amor, a sociedade tem a função, na terceira esfera da luta social, de devolver este reconhecimento. Assim, tem-se um retorno à primeira dimensão, mas agora as características específicas do sujeito não são reconhecidas pela ligação afetiva, mas por todas as pessoas que estão inseridas na comunidade.

Através da solidariedade, a sociedade devolve ao indivíduo o reconhecimento de suas qualidades particulares (HONNETH, 2009, p.198), tão cara à primeira esfera do amor e que ficou adormecida no âmbito do direito.

A solidariedade honnethiana produz uma espécie de coesão social, porque é somente no interior de uma comunidade que o sujeito pode encontrar a valorização de

suas propriedades, exigindo-se que estimemos o próximo pela sua singularidade, tomando-a como algo valioso para a sociedade como um todo.

Para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas (HONNETH, 2003, p. 198).

É possível verificar que a solidariedade apresenta traços tanto do amor, pois requer a afetividade alheia, quanto do direito, na medida em que busca reconhecimento jurídico. Contudo, transcende para construção da autoestima, ou seja, a confiança no seu potencial individual socialmente aceito.

A solidariedade com a qual lida Honneth aponta para uma dimensão que transcende a lógica e alcança o lado afetivo dos membros de uma sociedade. “A solidariedade se traduz num cuidado ativo direto com o bem-estar alheio – cuidado baseado num interesse afetivo e não meramente racional” (PINZANI, 2010, p. 166).

A fundamentação de uma prática intersubjetiva que considere os interesses coletivos político-sociais pode trabalhar no sentido de garantir a exequibilidade do exercício solidário. A questão que surge a partir desta exigência é verificar como as relações desta terceira esfera do reconhecimento se dão na comunidade do conto de “Lobito Bay”.

As relações de estima social entre personagens inseridos em grupos assimétricos abrangem as características que são socialmente internalizadas como nobres. Essa estima social está permanentemente em luta, pois os grupos querem sempre maior destaque e reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 207).

Era certo e seguro. Corria o rumor de que aquele que comesse o coração de uma andorinha apanhada em pleno voo, tornar-se-ia o maior corredor do mundo. Por isso, ele, o amis ágil, já tudo tinha feito para caçar uma andorinha viva. O grande sonho estava estampado no seu rosto (JORGE, 2016, p.6).

Fica claro que a estima é a base da contribuição individual para o projeto coletivo. Em Lídia Jorge, aparece, ainda, no questionamento dos padrões reconhecidos como legítimos e na aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes no grupo.

A conquista do coração da andorinha é a grande representação dessa procura por estima social, no sentido mais amplo do termo, que entrecruza a experiência da confiança na vida e no amor. A imagem da criança que deseja comer o coração de uma andorinha, demonstra o desconcerto com o mundo e a experiência de uma decepção que expõe os limites da inocência, do desalinho da humanidade para além do eterno reinício do enfrentamento do outro.

Dominar a linguagem da estima social em Lobito Bay é atrair para si a habilidade de manter a atenção e a aprovação dos atores sociais situados na mesma esfera pública.

O que pode ser considerado condição intersubjetiva de uma vida bem-sucedida torna-se uma grandeza historicamente variável, determinada pelo nível atual de desenvolvimento dos padrões de reconhecimento (...). de que maneira devem se constituir os pressupostos intersubjetivos da possibilitação da autorrealização se mostra sempre sob as condições históricas de um presente que abriu desde o início a perspectiva de um aperfeiçoamento normativo das relações de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 275).

A elevação da valorização das conquistas jurídicas que se ratificam pelo afeto – estima social – é diferente em cada período histórico, pois a sua tipificação multifacetada depende de um pluralismo de valores compartilhados.

Em grande medida, tem a ver com a identidade coletiva do grupo a que pertence o indivíduo, pois ainda que conquiste grandes feitos sozinho, o fim da estima social é o coletivo em sua totalidade, com um sentimento de orgulho próprio, de honra grupal.

O conceito de relações solidárias aplicado, muitas vezes, surge em contexto de experiências traumáticas. É o que se dá, por exemplo, no conto de Lobito Bay, em que existem situações de resistência contra a repressão política e a exploração colonial, espaço profícuo para identificar as capacidades e propriedades do outro.

Por fim, a violação à esfera da solidariedade ocasiona a degradação. Nesse caso, o indivíduo perde ou sequer obtém a estima social. O sujeito se diferencia das normas, paulatinamente, em decorrência de uma reprovação do seu comportamento.

Nessa última forma de desrespeito, a degradação ou insulto, determinados indivíduos e/ou grupos são depreciados e tem o seu *status* reprimido por uma elite social que rotula os merecedores de prestígio e rebaixa os demais.

Dessa forma, as pessoas atingidas não conseguem mais enxergar as suas atitudes como algo que seja valorado como útil para a sociedade como um todo, sendo vistos

como “inferiores”. Consequentemente, ocorre a perda da autoestima ao não receberem mais o reconhecimento social que apenas relacionamentos solidários entre grupos proporciona.

É por isso que só as relações sociais que têm em vista o conceito da solidariedade podem abrir uma concorrência individual por estima social que seja “isenta de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito” (HONNETH, 2009, p. 211).

Por outro lado, o desrespeito também age como freio para impedir que aqueles que se sentem prejudicados partam para o confronto, pois o indivíduo depende dos seus semelhantes e da inclusão comunitária. A ação social é direcionada para a mudança de estado em que estão, fortalecendo, assim, a noção de reconhecimento.

(...) é típico dos três grupos de experiências de desrespeito (...) o fato de suas consequências individuais serem sempre descritas com metáforas que remetem a estados de abatimento do corpo humano: nos estudos psicológicos que investigam as sequelas pessoais da experiência de tortura e violação, é frequente falar de “morte psíquica”; nesse meio-tempo, no campo de pesquisa que se ocupa, no caso da escravidão, com a elaboração coletiva da privação de direitos e da exclusão social, ganhou cidadania o conceito de “morte social”; e, em relação ao tipo de desrespeito que se encontra na degradação cultural de uma forma de vida, é a categoria de “vexação” que recebe um emprego preferencial. (HONNETH, 2003, p.218-219).

Essa ideia de patologia na teoria institucional de Honneth segue a tradição da Teoria Crítica, que aponta uma tendência doentia nas sociedades modernas, nas quais tais mazelas sociais obstaculizam o desenvolvimento de uma vida tranquila e repleta de autorrealizações.

Consequentemente, todo aquele que foge desse padrão tem seus talentos ignorados e se torna um potencial gerador de novos conflitos na comunidade. Assim, acaba marginalizado e torna-se um invisível social. A grande questão é saber como a solidariedade pode sistematizar o sentimento de justiça, de bem-estar e da vida boa em comunidades cada vez mais pluralistas.

4 LUTA POR RECONHECIMENTO EM SUA AMPLITUDE

Ao pensar a respeito da extensão da temática da luta por reconhecimento, penso também na reconfiguração territorial e social causada pela entrada dos libertadores em uma área tradicional de domínio da metrópole portuguesa. A territorialidade está presente em qualquer representação social cuja intenção seja definir as fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade social.

Entretanto, no campo das representações sociais há uma intenção adjacente de controle e legitimação na definição de territórios, a qual atribuímos a noção de territorialidade.

A independência de um território significa a conquista de um espaço de vida, um espaço que passa a ter significações, tornando-se um lugar. Dessa forma, a instabilidade pela qual passa Angola, encontra na literatura um ponto de amparo que oferece segurança para que a memória não seja encolhida ou acelerada no tempo-espaço, mas caminhe concomitante à composição identitária dos sujeitos.

Não que tudo deva ou possa ser conservado pelo conto de Lídia Jorge, mas é fundamental à construção de um olhar crítico e direto, o conhecimento da base ideológica repressiva, o Salazarismo, que disseminou uma profunda campanha tendente à geração de mentalidade imperial, direcionada para legitimar e sustentar o colonialismo na África portuguesa (como o caso de Angola) e outros territórios dominados, utilizando-se do poder de seu aparato público e do seu sistema educacional.

Entretanto, a manutenção das colônias e os recursos despendidos para conter as lutas por independência agravavam cada vez mais as finanças portuguesas. A ameaça comunista era um dos fundamentos para tentar manter suas possessões. Logo, com o decorrer do tempo, a insatisfação com o governo crescia, contribuindo para a transição de um novo regime.

A apropriação da guerra de descolonização retoma as experiências do passado que deixou de herança para as gerações futuras um testemunho de fundas marcas, atingindo as bases de toda a sociedade. Seja colônia, seja metrópole, algo mais estava em causa: o desejo de continuidade dentro do tempo, como uma possibilidade de discernimento do vivido, situando-nos em uma linearidade histórica (HUYSSSEN, 2000, p.30).

Ora, a impossibilidade de se digerir momentos históricos enraizados no entendimento das culturas, como esse dramatizado por Lídia Jorge no conto, mesmo que

facilmente acessado no presente através dos mais diversos tipos de arquivos, contribui, paradoxalmente, para um aumento explosivo de diferentes apropriações de políticas de silenciamento promovidas pelos governos pós-ditatoriais. Ou seja, a facilidade com que o indivíduo pode se conectar à memória pode ser fatal se ela está conectada a uma recordação imaginada pela mídia contemporânea.

A representação identitária de uma nação depende, especialmente, do olhar de quem relata o conto e a história. Para Eduardo Lourenço (1999A), “Cada um só tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, perdido”. (p. 185)

Em “*O amor em Lobito Bay*”, tanto a guerra de descolonização, quanto o enfrentamento do autoritarismo, são ressignificados através da experiência de participação literária, possibilitando a reconstrução de uma memória forte e viva, capaz de discernir na alienação por meio da crítica ao solene, potencializando a resistência da luta contra a dominação e a injustiça, em busca de uma sociedade verdadeiramente fundamentada, reconhecida e sem distorções.

Como resultado, podemos compreender o conto no choque dessas interações globais, utilizando-se, muitas vezes, da articulação da memória e da associação com o reconhecimento do direito das minorias que foram marginalizadas pelo discurso hegemônico.

Ao abordarmos a temática dos espaços apresentados por Lídia Jorge, é importante lembrar de alguns conceitos geográficos que traduzem de forma apropriada o processo pelo qual os personagens atravessam: espaço, território e lugar. Os territórios e lugares se formam no espaço, e o lugar vai se transformando em território na medida em que vai sendo tomado de identidades e particularidades.

Há, na realidade, uma diversidade na relação territorial na medida em que o território é constituído por binômios de identidade e diferença, enraizamento e movimento, harmonia e conflito, dentre outros. Fernandes (2008) bem explica que existem diferentes territórios abarcado dentro de *territórios*.

Parte-se de uma perspectiva geográfica para apreciar como tais considerações estão intrinsecamente vinculadas no conto “*O amor em Lobito Bay*” e contribuem para um olhar crítico dessa luta social contra-hegemônica na descolonização angolana, desde o enfrentamento, a organização e a superação.

A nossa casa em Lobito Bay estava coberta por telhas de barro. Outras moradas tinham telhados de zinco, lisos e resplandecentes, e outras tinham-nos de colmo, amplos e bicudos como se fossem chapéus de palha. Intercaladas ao acaso, as diferentes espécies de cobertura não implicavam qualquer distinção, em matéria de ordenamento, diante da linha do mar. Apenas atestavam a origem dos habitantes, falavam da sua resistência ao calor e à incidência do sol sobre o tapete de areia e a superfície das águas, ou simplesmente testemunhavam como os percursos das nossas famílias, ao longo da Terra, haviam sido diferentes (JORGE, 2016, p.5-6).

O lugar da personagem no processo territorializante envolve a recriação dos espaços existenciais, pois envolve a perda e a reconquista de um território, ou seja, uma luta social por reconhecimento. Trata-se do lugar onde se luta por independência e sobrevivência, onde se cria identidade, onde se vive.

O grande ponto, aqui, é entender a importância da abstração geográfica na construção do reconhecimento para que ambos possam deixar fluir, no universo de hostilidades e disputas, a potencialidade criadora do ser humano.

Percebe-se que é o personagem que ‘territorializa’ o espaço (Raffestin, 2011, p.128), por meio de uma dinâmica sistêmica das suas relações pessoais e sociais, que nada mais são do que relações de poder.

Assim, este trabalho ajuda a compreender a dificuldade de adaptação dos indivíduos em seu território após uma guerra civil. A análise enfoca espaços de vida que são influenciados por movimentos sociais que obrigam todos a se adaptarem a diferentes configurações de antigos espaços.

É importante ressaltar que existe uma correspondência entre território e identidade. O desenvolvimento da questão territorial tem como matéria decisiva o sentimento de pertencimento do indivíduo com seu grupo.

Quando o homem corrompe, contamina ou perde sua identidade, ele perde o rumo. E quando o poder condiciona a sua emancipação, o domínio do território se dá de forma hegemônica. Portanto, podemos dizer que a libertação de Angola territorializou ao mesmo tempo em que desterritorializou pela violência, esbulho e destruição.

Fica nítido que nos movimentos de independência só havia indício e possibilidade de existência com a permissão de outrem. Ora, essa era a política tão adotada no regime da ditadura, no qual o indivíduo era sufocado e tinha a sua voz substituída por um simulacro que não corresponde aos seus anseios – deteriorando a percepção que tem de si e do seu povo: é a dominação absoluta.

Dentro dessa temática, destaca-se a tensão identitária marcada pela desterritorialização das personagens e até linhas de fuga que indicam o procedimento de transformação subjetiva dos indivíduos.

A desterritorialização, aqui, pode ser concebida como a perda de um território apropriado, pelos mais diversos motivos. Na desterritorialização se perde aspectos e relações identitárias. Para se refazer é preciso se reterritorializar, reorganizando seus elementos, criando novos territórios. Para Saquet: “o território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior*” (2009, p. 212).

Esse fluxo entre territorialização e desterritorialização ocorre em “Lobito Bay” através da descompostura e do domínio desconcertantes criados pelas disputas internas que impõem uma ideologia alienante por meio da violência para se colocarem no poder, dissipando as marcas – criadoras de identidade.

Para falar da especificidade de Angola, a guerra anticolonial que garantiu a independência e culminou em um embate civil, devastou o país. A guerra deixou milhares de mortos, refugiados e pessoas mutiladas pelo território. Embora o Estado contenha vastos recursos minerais, o padrão de vida da população nunca dilatou na mesma proporção. Existem fragmentos de destruição visíveis dentro dos sobreviventes, uma vez que a desterritorialização raramente ocorre de maneira tranquila. Ela está mergulhada de conflito (FERNANDES, 2005), e é nesse conflito que surge a possibilidade de retomada da consciência de si e do reconhecimento pleno.

Não, eu realmente não acredito nas virtudes do esquecimento. Ao contrário, eu penso que o importante é que as pessoas recordem e acho que a literatura tem esse papel. Em países como Angola e Moçambique, que são países ainda por cima onde a esmagadora maioria das pessoas não tem a possibilidade de fazer ouvir a sua voz, onde não há mecanismos que permitam a generalidade da população de fazer ouvir a sua voz, acho que o escritor ainda tem esse papel, a literatura ainda deve ser isso, a literatura deve ser um lugar, um espaço, um território de debate, um território de pensamento, um território de ideias... E deve tentar fazer isso. Infelizmente, nos nossos países, a guerra ainda não é tema central. Às vezes é, mas não de forma evidente na literatura. Eu acho que ainda há muito a fazer nesse aspecto. Todos nós precisamos fazer esse esforço conjunto de refletir sobre a violência que foram os anos da guerra (AGUALUSA, 2013, p.102-103).

Se um enredo mantém o trauma marginalizado, tratar de uma narrativa que nega a realidade traumática é dizer que nada aconteceu. Precisamente, sem poder distinguir compreensão de imaginação, é impossível mudar opiniões, aproximar-se do concreto e reconhecer a própria realidade. Pode-se inferir que o passado de Angola atravessa várias fases traumáticas na descolonização e de graves repercussões na sua comunidade. O relato desses acontecimentos na literatura funciona como parte de um processo de reabilitação, sobretudo, dos problemas atuais que ambas as nações apresentam – dos constantes debates sobre identidade aos problemas culturais mais graves.

Cabe aqui ressaltar os desdobramentos fundamentais dos movimentos de libertação. O sentido da formação desses movimentos está no significado de resistência gerada pela territorialização. Contudo, em “Lobito Bay”, muitas vezes, as territorialidades não são estáticas, e, por conseguinte, a dominação pode não ser permanente. O próprio sujeito oprimido passa a procurar novas alternativas de sobrevivência partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para o embate.

Pois como, se eles nem sequer podiam impedir que, no nosso próprio coração, coabitassem à mesma hora a esperança mais pura e a brutalidade mais bárbara? Quiseram, mas não conseguiram. Assim como não puderam evitar a viagem pela Costa Ocidental de África até Luanda, sem nada de nosso entre as mãos. Não puderam evitar da História o que é da História, nem da espécie o que é da espécie. Mas a verdade é que também não puderam evitar a imagem fundadora da minha vida, disse o professor.

(...)

Sim, sinto culpa, disse o professor. Só onde não há amor não há culpa. Disse ele ainda, e nós levantámo-nos e saímos mudos, por instantes. Havíamos-lo convidado para que só nos falasse da beleza, mas o professor tinha-nos trocados as voltas, e agora íamos na direção do terraço e não sabíamos quem éramos. (JORGE, 2016, p.13).

O deslocamento das personagens induz, necessariamente, uma mudança de espaço vivido. Essas mudanças – reterritorializações – exigem a recriação de seus espaços de vida, os quais são reconstruídos de maneira híbrida, com elementos trazidos do antigo e do novo território.

O que quero questionar é a complexidade do procedimento de (re)identificação que atravessa tantos fatores espaciais no conto, que ora dificultam e ora facilitam o processo de reconhecimento. Por exemplo, a identidade social quando tem negada a sua permanência no seu território, inclui degradações políticas, econômicas e culturais que prejudicam o processo de identificação dos indivíduos remanescentes.

Sob a influência do início do processo de luta anticolonial novos discursos identitários foram elaborados para incentivar a construção de uma soberania cultural nacional que legitimasse a luta política.

Nesse sentido, ao analisar o histórico da luta pela independente e conseqüente formação da nação angolana, percebemos claramente que sua formação se deu impulsionada por processos de autoestima, autorrespeito e estima social, em busca de uma nova identidade, refletida na relação com um passado de opressão, de desterritorializações e pelo constante anseio de recriar seus espaços de vida. A perda do território e do lugar produzem um sentimento moral de desrespeito.

Sturza (2005) define o lugar como local onde o indivíduo reconhece a sua singularidade. Ora, a perda da identidade em muito pode estar relacionada à perda do lugar, que deveria estar pautado para garantir o reconhecimento recíproco e a autorrealização através de direitos, liberdades e deveres.

Se são as personagens que dão sentido à geografia narrativa, a noção de território, lugar e espaço como sistema fica indissociável da compreensão do outro que se pode objetiva autônomo e solidário. Todas estas dimensões de autonomia e solidariedade citadas impulsionam a luta por reconhecimento da teoria crítica de Honneth.

(...) os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito, pelos quais pode começar a explicação das lutas sociais, já não entram mais no campo de visão somente como motivos da ação, mas também são estudados com vista ao papel moral que lhes deve competir em cada caso no desdobramento das relações de reconhecimento. Com isso, os sentimentos morais, até aqui apenas a matéria-prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente. Certamente, essa última formulação também torna inequivocamente claro quais exigências se colocam a uma abordagem teórica que deve reconstruir a luta por reconhecimento, de maneira exemplar, como um processo histórico do progresso moral: para poder distinguir motivos progressivos e retrocessivos nas lutas históricas, é preciso um critério normativo que permita marcar uma direção evolutiva com a antecipação hipotética de um estado último aproximado (HONNETH, 2003, p. 266).

A liberdade que os movimentos de independência buscam não deve ser entendida, então, como ausência de coerção ou influência externa da metrópole no seu território, mas pela inexistência de travas e amarras internas ou psíquicas. A angústia não pode fazer parte da compreensão de autonomia.

Como afirmado, a teoria honnethiana abarca a ideia de progresso moral ao desenvolver uma análise precisa sobre os movimentos sociais. O desenrolar das três esferas – amor, direito e solidariedade – aumenta as chances de os indivíduos serem individualizados e experimentarem a integração no seio das sociedades.

O processo de inserção social que ganha relevância na dimensão territorial vai além e alcança a “expansão da inclusão de sujeitos no circuito de membros plenos da sociedade” (HONNETH, 2006, p. 144).

O *locus* onde é produzido o reconhecimento dos sujeitos e de seus direitos complementa o papel político dos personagens. Nos dizeres de Fincher; Iveson (2012), “o reconhecimento não é mera questão de se afirmar uma identidade ou uma diferença, mas sim uma questão de transformar os meios pelos quais identidades e diferenças são produzidas” (p.233). É preciso que haja uma afirmação de percepção da comunidade, trazendo visibilidade para os seus sujeitos, posto que o reconhecimento não é um ato neutro, mas carregado de inúmeras relações de poder.

Honneth, considerando uma estrutura moral positiva do reconhecimento, não vê o processo acontecer em quem invisibiliza. “A visibilidade física requer que nós assumamos uma posição cognitiva diante do objeto dentro de uma estrutura espaço-temporal como algo com propriedades relevantes” (HONNETH, 2001, p. 113).

Ainda que o potencial emancipador do paradigma angolano seja colocado em xeque, ao tornar visível as situações de desrespeito, até então naturalizadas, abre-se a possibilidade de conscientização moral e social, enquanto movimento de resistência comum, na escrita de Lídia Jorge.

A mesclagem das etapas de Honneth procede em um intercâmbio de experiências concretas e se desdobra na valorização de outros debates, guardando uma vontade imensa de transformar e romper barreiras, apesar dos limites da representação literária, e se consagrar além das suas fronteiras.

Finalmente, é possível interpretar esse empreendimento teórico em “Lobito Bay” como, praticamente, um ato de suplência na missão de legitimar e conferir identidade a um território e um povo trincado por fissuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou demonstrar como a narrativa de “*O amor em Lobito Bay*”, de Lídia Jorge, perpassa os conflitos sociais e existenciais, ao longo das lutas de libertação nacional e seus reflexos nas representações sociais e ideológicas, condição do marginalizado e as relações de poder, configuradas por recursos textuais como a ironia. Além disso, há uma crítica sutil na manifestação espaço-temporal da guerra colonial que, embora pareça configurar apenas o pano de fundo, tem seu sentido histórico ressignificado pelos personagens que apresentam a constituição de uma realidade maior, uma vez que a independência mobilizou grandes grupos, mas se demonstrava absolutamente indiferente à sorte da população.

Assim, é importante retomar certos aspectos que são mais significativos do ponto de vista teórico para reiterar o pensamento de Axel Honneth, em se tratando de reconhecimento social.

No caso do conto aqui analisado, deve-se ter em mente que a construção da identidade nacional se relacionou diretamente com o enfraquecimento do colonialismo. Sendo assim, a elaboração deste discurso obedeceu à função de valorizar o território angolano, apresentando suas particularidades para proteger o local social que as personagens ocupavam.

Um aspecto comum na narração do conto é a desassossego perante as frustrações, algo que também se mostra nos personagens, que induzem a reprovação uns dos outros, seja através do fiasco pelo coração da andorinha, aprovação social, seja pelo baque na tribulação trazida pelos tiros em sede familiar e existencial.

Tais personagens não apresentam nome nem aparência física definida, sendo frutos de conceitos flexíveis que descontroem a noção de identidade fixa, substituindo-a para identidade em construção. Lídia Jorge, em especial, faz uso dessas vozes oscilantes com frequência em sua antologia de contos.

Outro aspecto importante de se destacar são os conflitos no mundo que cercam os personagens, levando-os à alienação e, muitas vezes, à passividade. Essa atribuição ao outro gera a negação de si agravando a abstração da identidade e a importância dos papéis sociais em seu contexto.

A ideia de vida sem alienação retoma um princípio do pensador alemão Karl Marx, no qual o alienado é aquele que não pertence a si mesmo. Mais ainda, o conceito de

alienação foi elaborado, originalmente, pelo próprio Hegel, compreendendo tudo que o sujeito realiza, mas não entende a razão. O homem corroído pela alienação é só uma “sombra errante” na atmosfera narrativa (CHAVES, 1993, p.228).

O reconhecimento é a questão que sintetiza essa busca por sentido. O indivíduo se reconhece naquilo que faz, “objetivando a sua subjetividade”, nas palavras de Hegel. Por ser um conceito totalmente abstrato, o sujeito só alcança quem é, quando se vê fora de si.

Para Honneth, a formação identitária surge a partir da interação entre valores e papéis constituídos socialmente. Portanto, o autor se posiciona a partir de uma perspectiva intersubjetiva. Não há uma prevalência da individualidade humana sobre a socialização nem da socialização sobre a individualidade, ambos os processos acontecem simultaneamente.

O sucesso dessa teoria depende do alcance de três esferas que Honneth (2009), chama de amor, direito e solidariedade. A partir do enfoque honnethiano, atribui-se um sentido às práticas institucionais e, mais que isso, encontra-se um pressuposto para a emancipação pessoal dos indivíduos.

Para tanto, Honneth não hierarquiza as esferas do reconhecimento, a presunção da integração social deve se conectar à realização de todas as suas dimensões e da autonomia dentro da comunidade. A superação de uma esfera orienta o indivíduo na persecução das demais.

Ao ver deste trabalho, a teoria social honnethiana consegue demonstrar como as atitudes de estima interagem nas representações dinâmicas orientadas pelos personagens de Lídia Jorge, quer através da sua investigação teórica sobre instituições, quer pelo nexo entre o padrão de reconhecimento do espaço com a luta social.

Defende-se a atualidade dos conceitos expostos em um horizonte multifacetado de interpretações de “uma luta por reconhecimento que, como força moral, promove o desenvolvimento e progressos na realidade da vida social do ser humano” (HONNETH, 2007, p. 227).

Para compor o paradigma teórico acima apresentado, cumpre destacar a investigação a partir do conto “*O amor em Lobito Bay*”, entendendo os propósitos de identificação e realização do indivíduo. Com os dados coletados na análise da ficção e da extensão dessa dissertação, o discurso pelo reconhecimento começa pelo jovem protagonista que dependia da confirmação concreta de suas carências emotivas e fisiológicas, para se perceber autônomo e único. Na base de suas ligações emotivas, como a amizade e família, inicia-se a sua socialização.

Para a segunda forma de luta, qual seja, a da conquista da esfera do direito, o indivíduo precisa, cognitivamente, saber quais são os direitos e deveres que deve observar em face do respectivo outro. Entender-se como sujeito de direito depende do reconhecimento recíproco abarcado pelo amor. Contudo, os efeitos da descolonização nas estruturas institucionais angolanas, da violação de direitos e da socialização humana, fazem com que essa etapa não seja atingida.

Assim, o acometimento de traços históricos imanentes em sociedades pós-coloniais, conduz os indivíduos a partilharem de características comuns em relação ao processo de autorrealização e construção de suas respectivas identidades. A principal característica observada, que se desdobra por todas as esferas – afetiva do amor, cognitiva do direito e representativa da estima social – é o resgate por um sentido ético (HONNETH, 2009).

Em “Lobito Bay”, o direito é submetido a pressões de fundamentação irracional de movimentos sociais opostos que determinam a condição de liberdade dos indivíduos. A atribuição de direitos, que antes se encontrava vinculada ao papel assumido pela metrópole, encontra um vazio perturbador na transição de regimes desassociando os libertadores da sua capacidade de anuir com normas morais universalizáveis.

A ideia de solidariedade, que antes era percebida coletivamente, transforma-se em reputação e prestígio em busca da vitória, passando a estima social a ser, portanto, monopolizada pelos movimentos de revoltosos.

Ademais, pensar as identidades não é tarefa das mais fáceis para o pesquisador. Sua essência é marcada pela mudança, flexibilidade e pelas diferenças. Nesse sentido, a (re)significação dos valores atribuídos a um espaço traz possibilidades de existência de uma identidade em consonância aos conceitos de território, espaço e lugar.

Em Haesbaert (1997) é possível encontrar um posicionamento semelhante sobre as várias formas e dimensões do território. Nesse sentido:

(...) sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, pág. 42).

Dessa forma, a condição geográfica é transformada em território a partir das relações de poder e dominação que envolvem as personagens da trama de Lídia Jorge.

Absorvida nas confissões de violências e virtude retiradas da ficção, foi feita a conversão através de um fluxo teórico transformador, sem a pretensão de criar um caminho, mas de iluminar o percurso com as suas marcas cronológicas e intelectivas já palpáveis na memória.

De acordo com a orientação exposta, propõe-se que o processo de formação das instituições deva guardar uma relação singular com as concepções de vida ancorada nas ideias de ética e justiça, independentemente da diversidade de culturas locais.

As várias territorializações que se operam, as forças que se cruzam e entrecruzam definindo os seus limites, trazem a dimensão do simbólico na luta por reconhecimento. O poder e a identidade são amplificados quando concebidos se juntos a um território.

A profundidade e extensão que a teoria de Honneth alcança ao regular as relações sociais demonstra a importância deste instrumento para a condução de um processo pacífico de integração e pertencimento social.

Honneth não pensou a teoria do reconhecimento para explicar *como* e nem *porque* os movimentos sociais surgem. Sua intenção é compreender o elo existente entre a autorrealização dos sujeitos e uma gramática moral da sociedade, mas mesmo assim, seu estudo é coerente para pensar a ação coletiva.

Em linhas gerais, tem-se até aqui vários bons motivos para associar a ideia de ordem institucional à ideia de justiça e moral, baseadas na teoria do reconhecimento, demonstrando o nexos entre a experiência moral de desrespeito e o surgimento de movimentos sociais, como o MPLA e a FNLA.

Objetivou-se mostrar, com isso, que a luta social de “Lobito Bay” ocorre em direção às reivindicações por direito e estima aos indivíduos colonizados, através de um reconhecimento moral que se desdobra em tais lutas.

A análise do conto “*O amor em Lobito Bay*” faz refletir sobre o indivíduo como sujeito no contexto histórico e cultural da luta armada. Percebe-se que o discurso sobre ele é unilateral e se situa em plano mais ideal que real. Somente os tiros dos libertadores são mencionados, e de maneira degenerativa, silenciando os conflitos e dificuldades que podem ocorrer, em prol de uma identidade em harmonia.

A argumentação é construída a partir do outro e é com esse *outro* (os corredores/família/libertadores) que o narrador dialoga, possibilitando que o leitor se identifique e tenha o desejo de ser conduzido e modificado por ela. Essa estratégia de

persuasão apresenta um discurso unilateral, pois, além de ser composta por uma única voz, há uma convergência dos personagens para um mesmo ponto de vista: existe uma estrutura hierárquica dos papéis sociais, retratando o que está em toda parte e que quase sempre é ignorado: o *poder simbólico*.

O termo de Bourdieu (1989) se refere a um poder invisível que é exercido sobre/por pessoas que não sabem – ou não querem saber – que estão sujeitas a ele, levando a um conformismo. Pela sugestão de modos de pensamento e ação, o conto exerce esse poder e age sobre suas personagens que não conseguem reagir às relações de poder e aos posicionamentos políticos imbuídos nela.

Em primeiro lugar, o processo de formação das instituições e das identidades acontece de forma concreta, orientando um reconhecimento que sirva de base para a autorrealização. Entretanto, apesar de conter um elemento ético, a teoria institucional se corrompe quando a moral do indivíduo é lesada.

Já no começo da sociologia acadêmica, foi cortado teoricamente, em larga medida, o nexo que não raro existe entre o surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito: os motivos para a rebelião, o protesto e a resistência foram transformados categoricamente em “interesses”, que devem resultar da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, sem estar ligados, de alguma maneira, à rede cotidiana das atitudes morais emotivas (Honneth, 2003, p. 255).

O movimento de libertação de Angola pode ser considerado como exemplo de uma luta social por reconhecimento, se analisado no âmbito honnethiano, isso porque, foi a negação do reconhecimento de direitos à colônia e a violação da autoestima social que levou ao conflito armado. Ao mesmo tempo, o embate também foi propulsor de movimentos de resistência pela restituição de territórios e identidades.

Assim, Honneth conclui que, as três esferas de reconhecimento, amor, direito e estima social, que levam respectivamente à autoconfiança, autorrespeito e autoestima, quando violadas pelo desrespeito – maus tratos, privação de direitos e degradação – tornam-se motivo da resistência que leva à emancipação individual. É preciso olhar as ações coletivas como parte de um processo mais amplo nas relações de reconhecimento, uma espécie de manifestação maior de mudança e evolução social.

Muitas são as vantagens da utilização da teoria de luta por reconhecimento. Além de se trabalhar com o papel do conflito e das identidades como centrais à emancipação

das personagens ficcionais, o enfoque na importância da ação coletiva tem espectro relacional com as lutas estruturadas em movimentos sociais no mundo real.

A eterna relação de uns com os outros adota um viés pelo qual um *sofrimento* pode motivar uma ação. Em geral, a ideia não é problematizar aqui as reais motivações dos sujeitos, mas pensar a relevância da normatividade das lutas, com vistas a uma transformação digna de valor. Quem luta por reconhecimento busca a autorrealização e se depara com o desnudamento de novas injustiças e danos que devem, cada vez mais, ser combatido, seja pelo direito, seja pela literatura.

Por esse motivo, foi necessário percorrer o conto de Lídia Jorge de forma a propiciar uma conexão harmoniosa das ideias trazidas com a teoria honnethiana, que só se fez possível a partir de uma abordagem dialógica e criativa. Por possuírem um especial papel formador da personalidade, da ética e do modo de ser dos indivíduos muito importantes para que estes sejam capazes de estar no mundo e compartilhá-lo de um modo autêntico. Nas palavras de Mascaro,

(...) a literatura forma e humaniza não somente quando é uma literatura engajada ou social, mas principalmente quando a representação nela realizada consegue operar um crescimento no mundo. A partir dessa representação, tanto o escritor produz uma obra autêntica e exerce sua autenticidade, quanto o leitor tem a oportunidade, trazendo essa representação à vida, de recriá-la autenticamente e conhecer a si mesmo, na medida em que vive a experiência da literatura e é interpelado por aquela representação (2011, p.4).

Uma vez demonstrando como os recortes literários escolhidos podem proporcionar e manter um espaço político mais livre e democrático, como fonte de reconhecimento de si e do outro, segue-se um diálogo de horizontes que vai além da tradição enraizada e inclui a visão própria, particular, de mundo, única capaz de libertar.

Conclui-se, a partir desse exame, que este estudo se propôs a fazer uma defesa da importância do reconhecimento no processo de formação e autenticidade do indivíduo, trazendo um especial apelo ao incentivo da literatura.

Não se deve adequar esse raciocínio enquanto doutrina, mas enquanto reflexão de um projeto ambicioso que aperfeiçoe e reconstrua a inevitável relação do homem com o seu ser, com seus pares e com a palavra, de tal modo que faça sentido nas inúmeras possibilidades que a vida reserva, em sua existência e em seus efeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Renata Janini de Souza. *Muros e pontes: do direito à literatura*. (Monografia – Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná) 50f. Curitiba, 2014.

Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37814/108.pdf?sequence=1><acesso

em 21 de março de 2017>

ADORNO, T. W. *Notas de Literatura I*. Trad. Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades /34, 2003.

AGUALUSA, José Eduardo. A literatura angolana e a representação da guerra pela independência, da guerra civil e da violência urbana. In: *Recordação e papel da literatura*. Março/abril, 2013. (p.101-105) Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/diversitas/article/viewFile/58376/61377><Acesso em 10 de

março de 2017>

ALEXANDRE, Valentim. Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional. In: *Cadernos de Estudos Africanos*. 2006. (p.23-41)

BANKOWSKI, Z. (2007). *Vivendo plenamente a lei*. Rio de Janeiro: Elsevier

BARRENECHEA, Michel Angel de; DIAS, Mário José. Entre a memória e a política: Nietzsche e Arendt na atualidade. In: *Cad. Nietzsche*. no.33. São Paulo. 2013. Sem paginação.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski (1929)*. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 276p.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BINDER, Guyora, & WEISBERG, Robert. *Literary criticisms of law*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000.

BORA, Leonardo Augusto. *O direito pego pelo rabo: Aliceando Themis*. (Monografia – Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná) 192f. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31344/M1389JU.pdf?sequence=1> <acesso em 21 de março de 2017>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

CAMPINA, Ana Cláudia Carvalho. O paradigma do discurso e dos discursos dos Direitos Humanos em Portugal: do Salazarismo à atualidade. In: *Impactum*. Coimbra University Press. Disponível em: https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33974/1/DebateraEuropa11_artigo4.pdf?ln=pt <Acesso em 10 de março de 2017>

CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos E...* Ed. Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 11 eds. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2010.

CHAVES, Rita de Cássia Natal. *Entre intenção e gestos, a formação do romance angolano*. (Dissertação de doutorado em Literatura Portuguesa apresentada ao departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.) São Paulo, 1993.

COLLARES, Paula Renata Lucas. O imaginário português pelo olhar de Boaventura de Souza Santos e Eduardo Lourenço. In: *Letrônica*. v. 5, n. 2, p. 347 - 354, junho 2012.

Curitiba, 2011. Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31486/1481%20PRISCILLA%20DURIG>

[AN%20GANZERT.pdf?sequence=1](#) <acesso em 22 de março de 2017>

CUNHA FILHO, Marcelo de Castro; FERES, Marcos Vinício Chein. Ordem normativa institucional a partir do pensamento de Axel Honneth. *NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, Fortaleza, v.35, n.2, 2015.

DERRIDA, Jacques. Notas sobre Desconstrucción y Pragmatismo. *In: Desconstrucción y Pragmatismo, Paidós, Buenos Aires*, 1998. P. 151-169. (Tradução Livre) DIREITO & Literatura. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/direitoeliteratura> <Acesso em 12 de setembro de 2016>.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1981.

_____. 1996. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo, Martins Fontes, 609 p.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura*. Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *In: Revista Terra Livre*. Ano VI, n. 16, janeiro/abril, 2005.

FINCHER, Ruth. IVESON, Kurt. Justice and injustice in the city. *Geographical Research*, 50(3), 2012.

GANZERT, Priscilla Durigan. *Direito e Macunaíma: uma crítica ao direito brasileiro a partir da antropofagia modernista, da Rapsódia ao ócio*. (Monografia – Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná). 93f.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e literatura - Os pais fundadores: John Henry Wigmore, Benjamin Nathan Cardozo e Lon Fuller*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1438, 9 jun. 2007. Não paginado. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9995/direito-e-literatura> <Acesso em: 21 de março de 2017>

HABERMAS, Jürgen (1968). *Technik und Wissensehaft als "Ideologie"*. Frankfurt.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HEGEL. C. W. F (1967). *System der Sittlichkeit*, Nachdruck der Lasson-Ausgabe. Hamburgo.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Edições 70, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, [1992] 2003.

_____. (1990). *Die zerrissene Welt des Sozialen*, Frankfurt.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACQUES, Maria da Graça Correa (et al.). *Psicologia social contemporânea*: livro-texto. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

JORGE, Lúcia. “*O amor em Lobito Bay*”: contos - 1ª ed. - Alfragide: Dom Quixote, 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: vozes, 2000.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução de Luiz Carlos Borges. 3ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 1998. (p. 71)

LIMA, Isabel Pires de. Palavra e identidade(s) em Lúcia Jorge. Vinte anos de caminho. In: *Literatura / Política / Cultura (1994-2004)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 57-70.

LOURENÇO, Eduardo A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia. Lisboa, Gradiva, 1999A.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 3 ed., Lisboa: Dom Quixote, 1988.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade – seguida de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999B.

MACEDO, Helder. Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português. In: *Revista Letras* no. 23 Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Julho/Dezembro de 2001.

MASCARO, Laura D. M. *O papel da Literatura na Promoção e Efetivação dos Direitos Humanos*. 215f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, São Paulo, 2011.

MATA, Inocência. Inocência Mata, “Ernesto Lara Filho e o Romantismo brasileiro”. In: *Literatura angolana – silêncios e falas de uma voz inquieta*. Luanda: Kilombelombe, 2001.

MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e sua descolonização. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Maio, 1985.

MEAD, George Herbert (1972). *Movements of Thought in the Nineteenth Century*. Chicago.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 29. Curitiba, UFPA, nov. 2007.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa I*. São Paulo: Cultrix, 2006.

MORAWETZ, Thomas. Law and Literature. In: PATERSON, Dennis. *A Companion to Philosophy of Law and Legal Theory*. USA: Blackwell, 2010.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes [1961], 2012.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Psicologia das minorias ativas*. Trad. Anne Rivière. Paris: Preņas Universitaires da França, 3ª ed, 1991, pp 275. Coleção: Sociologias. 1ª edição: 1979.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. In: LE GOFF, Jacques (org.) *As Doenças têm História*. Mem Martins: Terramar, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sabedoria Para Depois de Amanhã*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer. A Teoria Crítica entre o Nazismo e o Capitalismo Tardio. In: NOBRE, Marcos. (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Muniz. *Direito e literatura: as estórias de fadas como objeto de estudo do jurista*. REDUnb, Vol. 11, p.253-268. 2013.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. E. & FELDEMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PESSOA, Fernando. *Pessoa Inédito*. LOPES, Teresa Rita (Coord.). Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Trad.: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PINZANI, Alessandro. Solidariedade e autonomia individual. Universidade Federal do Paraná. Revista Dois Pontos, v.7, n. 2, Ano 2010.

PIRES, José Cardoso. *E agora, José?* Lisboa: Moraes Editores, 1977.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011.

RIBEIRO, Antônio Pinto. Portugal Contemporâneo. Entre a modernidade e o cosmopolitismo. In: *Literatura, política, cultura*. 1994-2004. Org. Margato, Izabel; Gomes, Renato Cordeiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. P. 220.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52,1993

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Trad. M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como. Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. In: *Revista Graphos*, vol. 16, nº 1, 2014, UFPB/PPGL.

STURZA, José Adolfo Iriam. *Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT: um estudo de cognição ambiental*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: [s.n], 2005

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

THOMPSON, John Bookshire. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TROVO, Maria Caroline. Teoria crítica e luta por reconhecimento: Axel Honneth em pauta. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. *Cadernos de Campos: Revista de Ciências Sociais*; Nº 12, Ano 2009.

VALENTE, Julia Leite; DE CAUX, Luiz Phillipe. *O que é a teoria do reconhecimento?* Polos de Cidadania: UFMG, 2010.

WINNICOTT, D. W. (2002). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In *Os Bebês e suas Mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.